



Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A

Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A

**Demonstrações Financeiras
Anuais Completas de 2017**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso do Sul” ou “EMS” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2017, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 14 de março de 2018.

1 Considerações gerais

A Energisa Mato Grosso do Sul é uma distribuidora de energia elétrica que atende a 1.015,5 mil clientes e uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes em 74 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, em uma área de 328.335 Km².

Os clientes avaliaram e reconheceram mais uma vez que a Energisa Mato Grosso do Sul está entre as melhores distribuidoras de energia elétrica do país. A Companhia foi vencedora do “Prêmio Abradee 2017” em duas categorias, sendo considerada a “Melhor Empresa do Norte/Centro-Oeste” e “Evolução de Desempenho”. A premiação decorre da pesquisa junto aos consumidores residenciais que a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica realiza todo ano para avaliar o grau de satisfação destes com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica do Brasil.

Também em ranking divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”), a Energisa Mato Grosso do Sul foi finalista no IASC - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor entre as distribuidoras de energia elétrica do Brasil, na região Centro-Oeste.

2 Investimentos

Com foco na continuidade da execução do plano de investimento da Energisa Mato Grosso do Sul, visando a constante ampliação da capacidade do seu sistema elétrico, a melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica e o suporte ao seu crescimento de mercado, a Energisa Mato Grosso do Sul investiu ao longo dos últimos três anos aproximadamente R\$ 932,0 milhões, dos quais R\$ 467,1 milhões em 2017.

Os investimentos em ativos elétricos (excluindo os recursos provenientes das Obrigações Especiais) somaram R\$ 199,7 milhões no ano, 42,8% do total. Estes investimentos estão focados na expansão e reforço da rede elétrica, bem como na melhoria contínua da qualidade de energia fornecida. Os investimentos provenientes de Obrigações Especiais totalizaram R\$ 254,6 milhões (54,5% do total), primordialmente atrelados ao programa de universalização (PLPT). Os investimentos realizados no quarto trimestre e em 2016 foram os seguintes:

| Descrição Valores em R\$ milhões | 4T17 | 4T16 | Var. % | 2017 | 2016 | Var. % |
|-------------------------------------|-------------|-------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| Ativos Elétricos | 31,2 | 45,5 | - 31,4 | 199,7 | 197,8 | + 1,0 |
| Obrigações Especiais (*) | 6,8 | 15,0 | - 54,7 | 254,6 | 32,2 | + 690, 7 |
| Ativos Não Elétricos | 7,7 | 8,2 | - 6,1 | 12,8 | 14,4 | + 14,4 |
| Total dos Investimentos | 45,7 | 68,7 | - 33,5 | 467,1 | 244,4 | + 91,1 |

(*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Destacam-se as seguintes realizações em 2017:

- i) finalização da construção da linha de distribuição, 138 kV, Dourados Santa Cruz - Dourados Maxwell para adequação do suprimento a região;
- ii) finalização da construção da linha de distribuição, 138 kV, Campo Grande Eletrosul - Campo Grande II C2, para interligação do sistema de distribuição da Energisa MS à Rede Básica, visando a adequação do suprimento a região e a melhoria da qualidade do produto e serviço;
- iii) finalização da construção da linha de distribuição, 138 kV, Campo Grande Eletrosul - Campo Grande Cuiabá (C2) para adequação do suprimento a região;
- iv) aquisição de transformador reserva 34,5/13,8 kV de 7,5 MVA;
- v) continuidade e incremento nos programas para melhoria da qualidade do serviço, com instalação 113 religadores em redes de distribuição automatizados/telecomandados; instalação de 300 chaves fusíveis religadoras; renovação dos equipamentos de subestações; instalação de 729 sinalizadores de falta nas redes de média tensão, nos alimentadores que atendem municípios; instalação de 6720 conjuntos para-raios nas redes de distribuição; e
- vi) ampliação de 109 MVA na capacidade de transformação das subestações e construção de 6 alimentadores em média tensão.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia, que sintetiza as diversas obras realizadas no ano de 2017:

| Ativo | 2017 | 2016 | Acréscimo |
|---|--------|--------|-----------|
| Subestações - nº | 101 | 100 | + 1 |
| Capacidade instalada nas subestações - MVA | 2.466 | 2.357 | + 109 |
| Linhas de transmissão - km ^(*) | 3.869 | 3.810 | + 59 |
| Redes de distribuição (próprias) - km | 98.141 | 87.895 | + 10.246 |
| Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº | 82.533 | 65.308 | + 17.225 |
| Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA | 2.376 | 1.939 | + 437 |

(*) Linhas de transmissão 138 kV e 69 kV.

3 Desempenho econômico-financeiro

3.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2017:

| Descrição | 2017 | 2016 | Variação % |
|---|---------|---------|------------|
| Resultados - R\$ milhões | | | |
| Receita Operacional Bruta ^(*) | 3.302,5 | 3.026,0 | + 9,1 |
| Receita Operacional Bruta, sem receita de construção ^(*) | 3.080,2 | 2.799,5 | + 10,0 |
| Receita Operacional Líquida | 2.234,5 | 1.975,7 | + 13,1 |
| Receita Operacional Líquida, sem receita de construção | 2.012,2 | 1.749,2 | + 15,0 |
| Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT) | 200,0 | 234,5 | - 14,7 |
| EBITDA | 297,6 | 311,2 | - 4,4 |
| EBITDA Ajustado | 339,0 | 353,3 | - 4,0 |
| Resultado financeiro | (41,3) | (65,9) | - 37,3 |
| Lucro Líquido | 87,0 | 115,4 | - 24,6 |
| Indicadores Financeiros - R\$ milhões | | | |
| Ativo Total | 2.846,9 | 2.669,3 | + 6,7 |
| Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras | 311,2 | 380,9 | - 18,3 |
| Patrimônio Líquido | 816,4 | 857,0 | - 4,7 |
| Endividamento Líquido | 843,6 | 737,3 | + 14,4 |
| Indicadores Operacionais | | | |
| Número de Consumidores Cativos (mil) | 1.015,5 | 990,6 | + 2,5 |
| Vendas de energia a consumidores cativos - GWh | 4.320,3 | 4.316,4 | + 0,1 |
| Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - GWh | 5.165,9 | 4.903,2 | + 5,4 |
| Indicador Relativo | | | |
| EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%) | 15,2 | 17,9 | - 2,7 p.p |
| Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado (vezes) | 2,5 | 2,1 | + 19,0 |

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia. | ^(*) Valor de 2016 ajustado pela bandeira tarifária.

3.2 Receita operacional bruta e líquida

Em 2017, a Energisa Mato Grosso do Sul apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 3.080,2 milhões contra R\$ 2.799,5 milhões registrados em 2016, aumento de 10,0% (R\$ 280,7 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 15,0% (R\$ 263,0 milhões) no período, para R\$ 2.012,2 milhões. A composição das receitas operacionais é a seguinte:

| Descrição | Trimestre | | | Exercício | | |
|--|--------------|--------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| | 4T17 | 4T16 | Var. % | 2017 | 2016 | Var. % |
| (+) Receita de energia elétrica (mercado cativo) | 724,0 | 655,5 | + 10,5 | 2.678,9 | 2.593,4 | + 3,3 |
| ✓ Residencial | 326,8 | 284,0 | + 15,1 | 1.178,9 | 1.093,3 | + 7,8 |
| ✓ Industrial | 57,9 | 64,2 | - 9,8 | 236,0 | 290,0 | - 18,6 |
| ✓ Comercial | 180,0 | 164,2 | + 9,6 | 680,5 | 662,5 | + 2,7 |
| ✓ Rural | 73,5 | 66,1 | + 11,2 | 270,6 | 244,2 | + 10,8 |
| ✓ Outras classes | 85,8 | 77,0 | + 11,4 | 312,9 | 303,4 | + 3,1 |
| (+) Suprimento de energia elétrica | (3,9) | 42,7 | - | 44,7 | 88,2 | - 49,3 |
| (+) Fornecimento não faturado líquido | 20,1 | 36,2 | - 44,5 | 0,4 | (5,1) | - |
| (+) Disponibilidade do sistema elétrico | 32,2 | 27,2 | + 18,4 | 127,4 | 101,5 | + 25,5 |
| (+) Receitas de construção | 42,0 | 57,1 | - 26,4 | 222,3 | 226,5 | - 1,9 |
| (+) Constituição e amortização - CVA | 24,4 | (50,6) | - | 38,6 | (136,7) | - |
| (+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos | 44,3 | 40,9 | + 8,3 | 168,5 | 129,8 | + 29,8 |
| (+) Ativo financeiro indenizável da concessão | 14,0 | 13,6 | + 2,9 | 17,0 | 24,6 | - 30,9 |
| (+) Outras receitas | 1,4 | 5,2 | - 73,1 | 4,7 | 3,8 | + 23,7 |
| (=) Receita bruta ^(*) | 898,5 | 827,8 | + 8,5 | 3.302,5 | 3.026,0 | + 9,1 |
| (-) Impostos sobre vendas | 219,5 | 191,9 | + 14,4 | 797,9 | 742,2 | + 7,5 |
| (-) Deduções Bandeiras Tarifárias | (7,0) | 2,2 | - | 8,0 | 2,2 | + 263,6 |
| (-) Encargos setoriais | 65,3 | 75,2 | - 13,2 | 262,1 | 305,9 | - 14,3 |
| (=) Receita líquida | 620,7 | 558,5 | + 11,1 | 2.234,5 | 1.975,7 | + 13,1 |
| (-) Receitas de construção | 42,0 | 57,1 | - 26,4 | 222,3 | 226,5 | - 1,9 |
| (=) Receita líquida, sem receitas de construção | 578,7 | 501,4 | + 15,4 | 2.012,2 | 1.749,2 | + 15,0 |

(*) Valor em 2016 foi reclassificado pela bandeira tarifária.

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam: i) acréscimo de 2,5% no número de consumidores e o aumento de 5,4% do consumo no mercado cativo e livre (aumento de 6,9% no 4T17), conforme mencionadas no item 4.3 deste relatório; ii) constituição de receita no valor de R\$ 38,6 milhões em 2017 (R\$ 24,4 milhões no 4T17) em decorrência de reconhecimento de ativos e passivos financeiros regulatórios, contra amortização de despesas de ativos e passivos regulatórios no montante de R\$ 136,7 milhões em 2016 (despesas de R\$ 50,6 milhões no 4T16); iii) constituição de ativo financeiro indenizável no valor de R\$ 17,0 milhões em 2017 (R\$ 14,0 milhões no 4T17); e iv) redução tarifária anual média de 1,92% a partir de 08/04/2017.

3.3 Ambiente regulatório

3.3.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em vigor o "Sistema de Bandeiras Tarifárias", que repassa automaticamente ao consumidor final o custo incorrido pela distribuidora sempre que a compra de energia for afetada pelo despacho termelétrico de maior custo, diminuindo o carregamento financeiro entre os reajustes tarifários.

O funcionamento das bandeiras tarifárias é representado pelas cores verde, amarela ou vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade. Em 24 de outubro de 2017, a Aneel aprovou as novas tarifas adicionais de bandeira, que vigorarão a partir de novembro deste ano: i) Bandeira Tarifária Verde: sem cobrança adicional (condições favoráveis de geração); ii) Bandeira Tarifária Amarela: R\$ 2,00 a cada 100 (kWh); iii) Bandeira Tarifária Vermelha - Patamar 1: R\$ 3,00 a cada 100 (kWh); e iv) Bandeira Tarifária Vermelha - Patamar 2: R\$ 5,00 a cada 100 (kWh)

Em 2017, as receitas consolidadas auferidas pela EMS provenientes das bandeiras tarifárias foram de R\$ 77,4 milhões (R\$ 44,6 milhões no 4T17), ante R\$ 48,1 milhões em 2016 (R\$ 3,4 milhões no 4T16).

3.3.2 Reajuste tarifário anual

A Aneel aprovou o reajuste tarifário anual da Energisa Mato Grosso do Sul que foi aplicado a partir de 8 de abril de 2017. O efeito médio para os consumidores foi uma redução de 1,92%. Os consumidores de baixa tensão tiveram suas tarifas reduzidas em 1,58% e os de alta e média tensão em 2,68%.

A variação nos custos da “Parcela A” foi de 3,00%, impactados principalmente pelo aumento de 80,9% nos custos com transporte de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia (“PMix”) foi definido em R\$ 171,34 / MWh. A variação da “Parcela B” foi de 4,10%, totalizando R\$ 667,6 milhões, reflexo da inflação acumulada desde o último reajuste, de 5,08%, deduzida do Fator X, de 0,98%. Importante ressaltar que no cálculo do Fator X, foi considerada a melhoria nos indicadores de qualidade, DEC e FEC, entre 2015 e 2016 reduzindo o Fator X em 0,79%.

3.1.1 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da “Base de Remuneração Regulatória” utiliza o método do “Valor Novo de Reposição - VNR”, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A evolução da “Base de Remuneração Líquida” (BRL) e as datas das próximas Revisões Tarifárias (RT) da Energisa Mato Grosso do Sul são a seguinte:

| Base de Remuneração Líquida (BRL) (Em R\$ milhões) ⁽¹⁾ | | Data revisão tarifária | |
|--|----------|------------------------|----------|
| 3º Ciclo | 4º Ciclo | 4º Ciclo | 5º Ciclo |
| 1.152,6 | - | abr/18 ⁽²⁾ | abr/23 |

⁽¹⁾ A preços da data de RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo).

⁽²⁾ BRL não homologada pela Aneel, distribuidora ainda não realizou a revisão tarifária no ciclo.

3.3.3 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético

A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Mato Grosso do Sul pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 168,5 milhões em 2017 (R\$ 129,8 milhões em 2016). O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

3.4 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 2.034,4 milhões em 2017 e R\$ 550,4 milhões no 4T17, aumento de 16,8% (R\$ 293,3 milhões) e 26,5% (R\$ 115,4 milhões) respectivamente, quando comparadas com os mesmos períodos de 2016. Desse total, os custos e despesas controláveis aumentaram 22,2% ou R\$ 77,9 milhões (aumento de 151,7% ou R\$ 77,5 milhões no 4T17), totalizando R\$ 428,3 milhões (R\$ 128,6 milhões no 4T17). As despesas não controláveis apresentaram acréscimo de 18,0% ou R\$ 193,3 milhões em 2017 (aumento de 13,5% no 4T17), totalizando R\$ 1.265,7 milhões (R\$ 343,3 milhões no 4T17).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

| Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões | Trimestre | | | Exercício | | |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| | 4T17 | 4T16 | Var. % | 2017 | 2016 | Var. % |
| 1 Custos e Despesas não controláveis | 343,3 | 302,5 | + 13,5 | 1.265,7 | 1.072,4 | + 18,0 |
| 1.1 Energia comprada | 312,8 | 267,8 | + 16,8 | 1.138,8 | 935,1 | + 21,8 |
| 1.2 Transporte de potência elétrica | 30,5 | 34,7 | - 12,1 | 126,9 | 137,3 | - 7,6 |
| 2 Custos e Despesas controláveis | 128,6 | 51,1 | + 151,7 | 428,3 | 350,4 | + 22,2 |
| 2.1 PMSO | 157,9 | 98,1 | + 61,0 | 417,3 | 356,9 | + 16,9 |
| 2.1.1 Pessoal | 70,7 | 43,0 | + 64,4 | 187,0 | 163,5 | + 14,4 |
| 2.1.2 Fundo de pensão | 4,1 | 3,5 | + 17,1 | 5,1 | 4,2 | + 21,4 |
| 2.1.3 Material | 8,1 | 5,6 | + 44,6 | 25,1 | 22,6 | + 11,1 |
| 2.1.4 Serviços de terceiros | 62,4 | 35,9 | + 73,8 | 168,6 | 131,9 | + 27,8 |
| 2.1.5 Outras | 12,6 | 10,1 | + 24,8 | 31,5 | 34,7 | - 9,2 |
| ✓ Multas e compensações | 2,1 | 1,8 | + 16,7 | 8,7 | 13,0 | - 33,1 |
| ✓ Contingências (liquidação de ações cíveis) | 8,4 | 13,6 | - 38,2 | 14,6 | 21,2 | - 31,1 |
| ✓ Outros | 2,1 | (5,3) | - | 8,2 | 0,5 | + 1.540,0 |
| 2.2 Provisões/Reversões | (29,3) | (47,0) | - 37,7 | 11,0 | (6,5) | - |
| 2.2.1 Contingências | (38,7) | (45,4) | - 14,8 | (9,9) | (40,7) | - 75,7 |
| 2.2.2 Devedores duvidosos | 9,4 | (1,6) | - | 20,9 | 34,2 | - 38,9 |
| 3 Demais receitas/despesas | 36,5 | 24,3 | + 50,2 | 118,1 | 91,8 | + 28,6 |
| 3.1 Depreciação e amortização | 28,3 | 20,4 | + 38,7 | 97,6 | 76,6 | + 27,4 |
| 3.2 Outras receitas/despesas | 8,2 | 3,9 | + 110,3 | 20,5 | 15,2 | + 34,9 |
| Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção) | 508,4 | 377,9 | + 34,5 | 1.812,1 | 1.514,6 | + 19,6 |
| Custo de construção ^(*) | 42,0 | 57,1 | - 26,4 | 222,3 | 226,5 | - 1,9 |
| Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção) | 550,4 | 435,0 | + 26,5 | 2.034,4 | 1.741,1 | + 16,8 |

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.5 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2017, a Energisa Mato Grosso do Sul registrou lucro líquido de R\$ 87,0 milhões, contra os R\$ 115,4 milhões registrados em 2016. Por sua vez, a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 339,0 milhões em 2017, contra os R\$ 353,3 milhões apurados no ano anterior, redução de 4,0%. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

| Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões | Trimestre | | | Exercício | | |
|--|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| | 4T17 | 4T16 | Var. % | 2017 | 2016 | Var. % |
| (=) Lucro Líquido | 32,4 | 79,1 | - 59,0 | 87,0 | 115,4 | - 24,6 |
| (-) Contribuição social e imposto de renda | (43,7) | (34,5) | + 26,7 | (71,7) | (53,3) | + 34,5 |
| (-) Resultado financeiro | 5,7 | (10,0) | - | (41,3) | (65,9) | - 37,3 |
| (-) Depreciação e amortização | (28,3) | (20,4) | + 38,7 | (97,6) | (76,6) | + 27,4 |
| (=) Geração de caixa (EBITDA) | 98,7 | 144,0 | - 31,5 | 297,6 | 311,2 | - 4,4 |
| (+) Receita de acréscimos moratórios | 10,8 | 9,7 | + 11,3 | 41,4 | 42,1 | - 1,7 |
| (=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado) | 109,5 | 153,7 | - 28,8 | 339,0 | 353,3 | - 4,0 |
| Margem do EBITDA Ajustado (%) | 17,6 | 27,5 | - 9,9 p.p | 15,2 | 17,9 | - 2,7 p.p |

Com base nos resultados alcançados em 2017, a administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 98,9 milhões, já tendo sido pagos R\$ 51,9 milhões em: i) em 31 de agosto de 2017, o valor de R\$ 30,9 milhões (R\$ 47,78970971 por ação); e ii) em 21 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 21,0 milhões (R\$ 32,47055572 por ação).

Os dividendos complementares, no valor de R\$ 47,0 milhões (R\$ 72,63199015479 por ação) serão pagos em data a ser definida.

4 Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e na excelência no atendimento tem permitido à Energisa Mato Grosso do Sul apresentar consistentes índices operacionais, que evidenciam uma perspectiva de melhorias bem-sustentadas.

4.1 Perdas de energia

A EMS apresentou contínuas reduções nas perdas totais, apesar da elevação das perdas técnicas, dada a queda na geração por biomassa e aumento do recebimento de energia através de uma linha de transmissão mais distante do centro de carga. Ainda assim, a concessão fechou em 2017 com perdas totais 0,28 pontos percentuais abaixo de 2016, mostrando a efetividade na redução das perdas não técnicas.

As perdas totais da Energisa Mato Grosso do Sul em 2017 somaram 805,0 GWh, representando 13,44% da energia requerida pelo seu mercado. Ressalte-se que essa perda registrada em 2017 é a menor na história da Companhia.

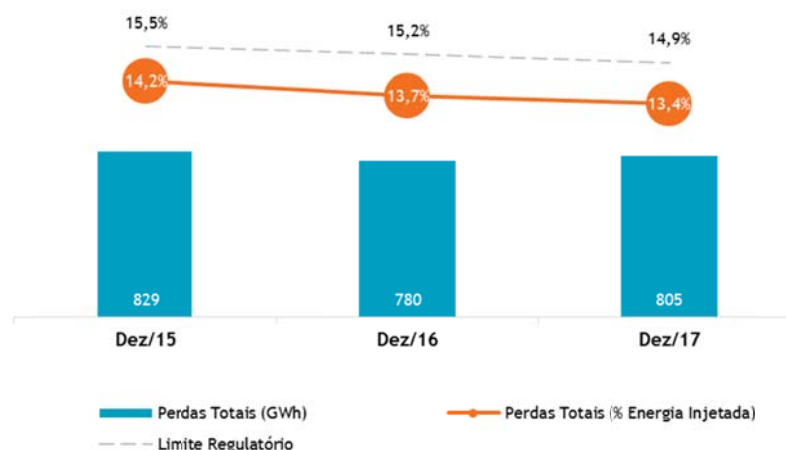
| Perdas Técnicas (%) | | | Perdas Não Técnicas (%) | | | Perdas Totais (%) | | | ANEEL |
|---------------------|--------|--------|-------------------------|--------|--------|-------------------|--------|--------|-------|
| Dez/16 | Set/17 | Dez/17 | Dez/16 | Set/17 | Dez/17 | Dez/16 | Set/17 | Dez/17 | |
| 9,83 | 9,85 | 10,00 | 3,89 | 3,54 | 3,44 | 13,72 | 13,40 | 13,44 | 14,91 |

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os percentuais regulatórios referem-se aos últimos doze meses findos em dezembro de 2017

| Perdas Técnicas | | | Perdas Não-Técnicas | | | Perdas Totais | | | Var. (%) ⁽¹⁾ |
|-----------------|--------|--------|---------------------|--------|--------|---------------|--------|--------|-------------------------|
| Dez/16 | Set/17 | Dez/17 | Dez/16 | Set/17 | Dez/17 | Dez/16 | Set/17 | Dez/17 | |
| 559,1 | 582,8 | 599,1 | 221,4 | 209,5 | 206,0 | 780,5 | 792,4 | 805,0 | + 1,6 |

⁽¹⁾ Variação dezembro de 2017/dezembro de 2016

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da EMS nos últimos três anos:



4.2 Gestão da Inadimplência

4.2.1 Taxa de Inadimplência

A Energisa Mato Grosso do Sul utiliza a métrica para análise da inadimplência pela relação percentual entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis e o fornecimento faturado, no período de 12 meses. Em 2017, essa relação foi de 0,75%, contra 1,79% em 2016.

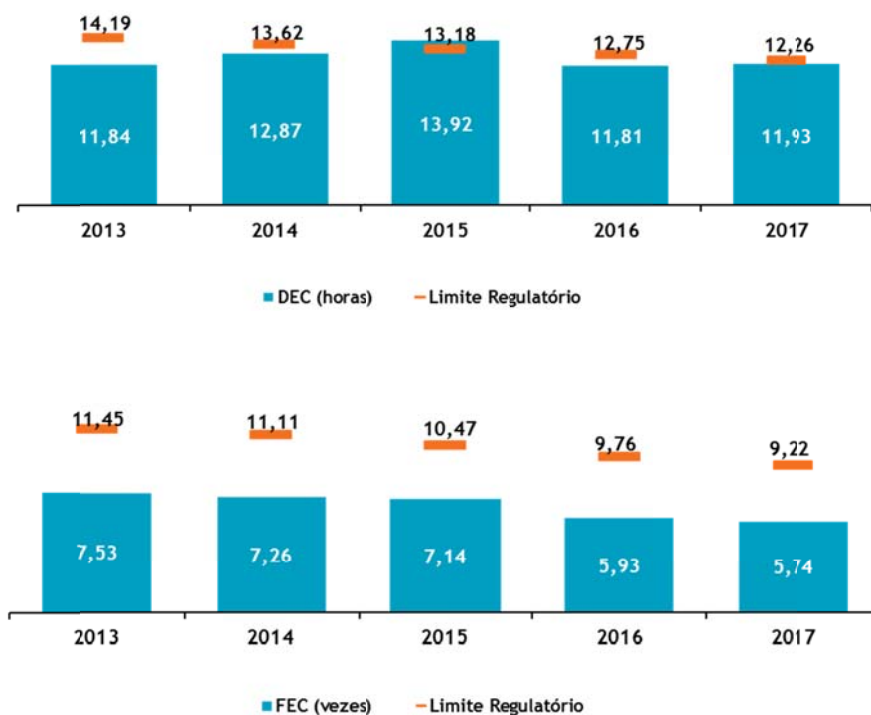
4.2.2 Taxa de Arrecadação

A Companhia também divulga a taxa de arrecadação, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período. Em 2017, essa taxa ficou em 97,06%, contra 96,98% em 2016.

4.2.3 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A prioridade dada aos investimentos em qualidade tem permitido alcançar melhorias nos indicadores de fornecimento de energia pela Companhia, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC). O indicador DEC apresentou ligeiro aumento de 1,0%, passando de 11,81 horas em 2016, para 11,93 horas em 2017, e o FEC mostrou redução de 3,2%, passando de 5,93 vezes para 5,74 vezes no mesmo período, encontrando-se dentro dos limites estabelecidos pela Aneel.

Os gráficos, a seguir, apresentam os indicadores de qualidade de energia fornecida (DEC/FEC) pela EMS, nos últimos cinco anos:



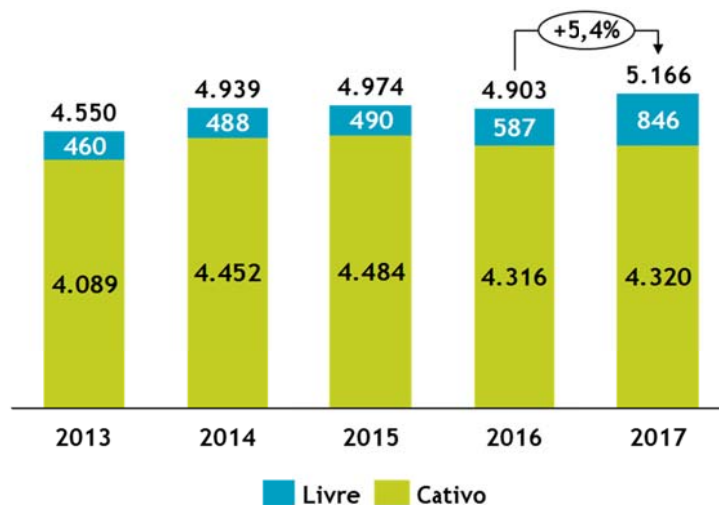
4.3 Mercado de energia

Em 2017, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) e ao fornecimento não faturado, totalizaram 5.161,9 GWh (1.372,5 GWh no 4T17), aumento de 5,6% (aumento de 4,6% no 4T17) em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi motivado pelas temperaturas mais elevadas e retomada da atividade industrial e em especial de um cliente que estava desligado por aproximadamente cinco anos.

A composição do mercado no último trimestre e em 2017 é a seguinte:

| Descrição | Trimestres | | | Exercício | | |
|--|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|--------------|
| | 4T17 | 4T16 | Var. % | 2017 | 2016 | Var. % |
| ✓ Residencial | 475,7 | 437,5 | + 8,7 | 1.792,6 | 1.693,3 | + 5,9 |
| ✓ Industrial | 258,5 | 239,5 | + 7,9 | 1.018,0 | 967,8 | + 5,2 |
| • Cativo | 76,7 | 96,0 | - 20,1 | 324,2 | 452,2 | - 28,3 |
| • Livre | 181,8 | 143,5 | + 26,7 | 693,8 | 515,6 | + 34,6 |
| ✓ Comercial | 293,5 | 275,3 | + 6,6 | 1.147,4 | 1.101,8 | + 4,1 |
| • Cativo | 264,1 | 254,5 | + 3,8 | 1.040,9 | 1.037,7 | + 0,3 |
| • Livre | 29,4 | 20,8 | + 41,3 | 106,5 | 64,1 | + 66,1 |
| ✓ Rural | 137,4 | 132,7 | + 3,5 | 530,0 | 487,5 | + 8,7 |
| ✓ Outras Classes | 176,7 | 170,2 | + 3,8 | 677,9 | 652,8 | + 3,8 |
| • Cativo | 165,0 | 163,1 | + 1,2 | 632,6 | 645,7 | - 2,0 |
| • Livre | 11,7 | 7,1 | + 64,8 | 45,3 | 7,1 | + 538,0 |
| 1 Vendas de energia no mercado cativo | 1.118,9 | 1.083,8 | + 3,2 | 4.320,3 | 4.316,4 | + 0,1 |
| 2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD) | 222,9 | 171,4 | + 30,0 | 845,6 | 586,8 | + 44,1 |
| 3 Mercado cativo + TUSD (1+2) | 1.341,8 | 1.255,2 | + 6,9 | 5.165,9 | 4.903,2 | + 5,4 |
| 4 Fornecimento não faturado | 30,7 | 56,6 | - 45,8 | (4,0) | (16,8) | - 76,2 |
| 5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4) | 1.372,5 | 1.311,8 | + 4,6 | 5.161,9 | 4.886,4 | + 5,6 |

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica em GWh, cativo e livre, da EMS, nos últimos cinco anos:



A Energisa Mato Grosso do Sul encerrou 2017 com 1.015.526 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,5% superior a registrada em 2016. Já o número de consumidores livres totalizou 139 no fim de dezembro de 2017.

5 Estrutura de capital

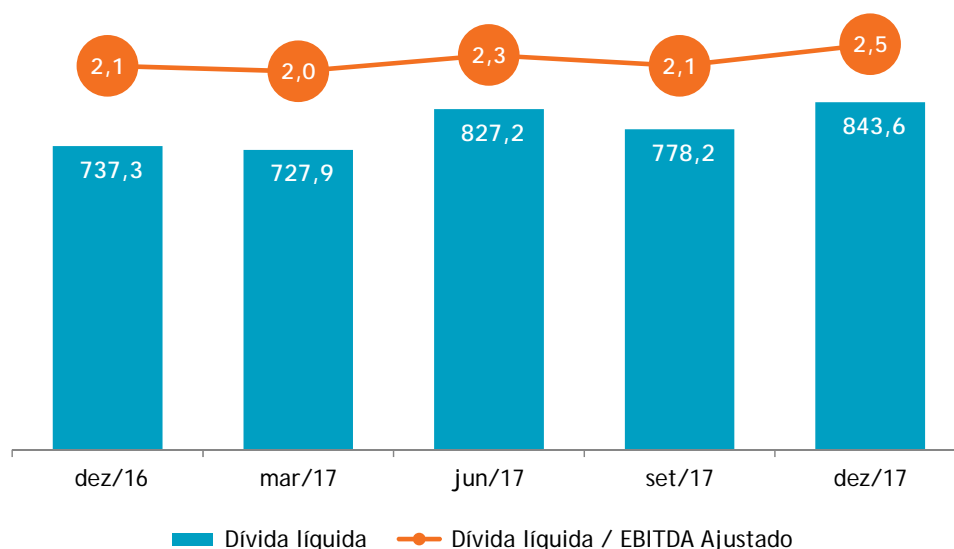
Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia totalizou R\$ 345,0 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Companhia, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão, créditos setoriais e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 737,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 843,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida, com os créditos setoriais, e o EBITDA Ajustado em 2017 foi de 2,5 vezes.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

| Descrição Valores em R\$ milhões | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|----------------|----------------|
| Circulante | 48,2 | 214,3 |
| Empréstimos e financiamentos | 33,6 | 131,0 |
| Debêntures | 7,4 | 79,5 |
| Encargos de dívidas | 3,6 | 5,2 |
| Instrumentos financeiros derivativos líquidos | 3,6 | (1,4) |
| Não Circulante | 1.140,4 | 892,7 |
| Empréstimos e financiamentos | 702,5 | 620,5 |
| Debêntures | 446,3 | 272,1 |
| Parcelamento de impostos e benefícios a empregados | 0,1 | 0,1 |
| Instrumentos financeiros derivativos líquidos | (8,5) | |
| Total das dívidas | 1.188,6 | 1.107,0 |
| (-) Disponibilidades financeiras | 311,2 | 380,9 |
| Total das dívidas líquidas | 877,4 | 726,1 |
| (-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda) | 33,8 | 20,2 |
| (-) Créditos CVA | - | (31,4) |
| Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais | 843,6 | 737,3 |
| Indicador relativo | | |
| Divida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾ | 2,5 | 2,1 |

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Evolução da alavancagem
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado (vezes)



5.1 Evento subsequente - 10ª emissão de debêntures

A Energisa Mato Grosso do Sul concluiu, em 7 de março de 2018, a colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$ 150,0 milhões, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. As debêntures, com data de emissão em 15/02/2018 e vencimento em 15/02/2021, farão jus a juros remuneratórios semestrais equivalentes ao CDI mais 0,95% ao ano. Os recursos captados nessa emissão destinar-se-ão à gestão dos negócios da Companhia.

6 Gestão de pessoas

Sempre buscando aprimorar a atuação da área e promover a ampliação das premissas de uma administração ágil e flexível, a Energisa Mato Grosso do Sul investe na gestão de pessoas para promover a melhoria constante na qualidade dos serviços prestados aos clientes. A empresa encerrou 2017 com 1.429 colaboradores próprios e 1.330 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

Alinhadas aos valores e à missão da empresa, as ações da distribuidora buscam impulsionar o desempenho e construir competências estratégicas que possibilitem oportunidades de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. Posicionando-se como prestadora de serviços de qualidade, oferece apoio estratégico para que seus profissionais possam crescer alinhados aos objetivos e às metas da empresa. Dessa forma, eles ficam preparados para os desafios do mercado e movimentos estratégicos do Grupo Energisa.

Em 2017, o Grupo Energisa revisou sua política de recursos humanos e definiu as características dos colaboradores que contribuem para o desenvolvimento dos negócios em um ambiente competitivo e de constantes transformações. Foram definidas oito competências, amplamente informadas em uma campanha de comunicação interna: Apaixonado pelo Cliente, Ligado na Estratégia, Energisa de Coração, Agregador, Focado no resultado, Comprometido com a saúde e a segurança, Inovador e Líder de energia.

No ano, a Energisa Mato Grosso do Sul destinou R\$ 638 mil a atividades de treinamento e educação. A capacitação é feita por meio de cursos presenciais, leitura e visitas técnicas, assim como por meio de videoconferência e Ensino a Distância (EAD), visando otimizar tempo e custos com deslocamento.

A Academia de Líderes cumpre o papel principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos. Com formação acelerada, proporciona aos líderes maior preparação para o crescimento e a sustentação das atividades. O movimento da Academia acontece por meio de trilhas e módulos de desenvolvimento com foco nas necessidades de cada negócio e de acordo com cada estágio de maturidade da liderança.

Um Programa de Sucessão tem como ponto de partida o mapeamento dos talentos que ocorre durante a avaliação de desempenho por competências e apoia a identificação de novos líderes. Esse é um dos processos mais significativos no planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para identificar e desenvolver colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas na organização.

Houve a continuidade em 2017 da parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para a formação de eletricitistas. O objetivo é capacitar profissionais para atuar na rede de distribuição, contribuindo para melhoria da qualificação profissional, empregabilidade e geração de renda nas comunidades atendidas pelo programa.

Saúde e segurança

O Plano de Segurança do Trabalho busca garantir que a segurança de colaboradores, clientes e comunidade esteja sempre em primeiro lugar. Ele é destinado a prevenir acidentes nas atividades de rotina dos colaboradores, com base em princípios educacionais e de fortalecimento da responsabilidade, do comprometimento, do planejamento e do estímulo a uma atitude prevencionista.

Uma Comissão de Procedimentos Operacionais (Cope) promoveu fóruns com o objetivo de identificar procedimentos e promover melhorias com base nas experiências de cada unidade e em *benchmarks* externos. Além disso, palestras e reuniões buscaram conscientizar colaboradores e comunidade em relação às boas práticas de segurança. Uma das principais ações de 2017 foi o foco no acrônimo Ditaís (Desligar, Impedir, Testar, Aterrizar, Isolar), que conjuga simplicidade na memorização da prática diária do valor segurança.

7 Responsabilidade socioambiental

Consciente de seu papel como provedora de energia e de sua presença em todo o Estado, a Energisa Mato Grosso do Sul investe em iniciativas com foco em educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, melhoria ambiental e desenvolvimento local. Há também ênfase em programa de eficiência energética, com foco em educação para o consumo consciente de energia. Entre as ações realizadas em 2017, destacam-se:

Eficiência energética

A empresa investiu R\$ 10,4 milhões em 2017 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 33.254 unidades consumidoras. Os principais projetos são:

- **Nossa Energia** - Conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais. Incluem substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica.
- **Energia Solidária** - Incentiva a compra de equipamentos eficientes com selo A - Procel com desconto entre 40% e 50% em troca de uma doação, pelo cliente, de 10% do valor pago pelo equipamento para instituições sociais da área de concessão.

Projetos culturais

Os programas socioculturais são executados com o apoio da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que atua na análise técnica e cultural dos projetos patrocinados. Em 2017, a entidade completou 30 anos de atividades.

- **50 anos do Grupo Acaba** - Documentário sobre a história desse grupo de música regional de raiz, que pesquisa, desenvolve e divulga o folclore dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. O filme contou com a participação dos oito músicos do grupo e com depoimentos de mais de 20 notáveis da música e da cultura pantaneira.
- **Espaço Arte**: área exclusiva para exposição de artes plásticas no Espaço Energia, que apresenta artistas, pintores e escultores radicados no Estado. Em 2017, entre as mostras recebidas no Espaço estavam pinturas da série A Bovinocultura de Humberto Espíndola e uma coletiva de 12 artistas plásticos sul-mato-grossenses.

Projetos educacionais

- **Espaço Energia** - Complexo didático-interativo e um museu dinâmico, presente em Campo Grande desde 2015, onde instrutores mostram experiências e ensinam como utilizar a energia de forma correta e segura. O Espaço Energia oferece aos visitantes a oportunidade de se familiarizarem, de forma lúdica, com os princípios da física e a história da eletricidade.
- **O que queremos para o Mundo?** - O projeto desenvolve tecnologias audiovisuais com o propósito de facilitar a interação entre professores e alunos em escolas públicas e privadas. Busca compreender o que as crianças querem para o mundo, como as novas tecnologias podem se tornar instrumentos funcionais para as gerações e se a falta de contato com a natureza está tornando vulnerável a busca em se conhecer e se relacionar com o outro. Ao longo de 2017, o projeto alcançou 103 educadores e 2.587 crianças nos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.
- **Ensina Brasil** - Programa de inovação da ONG Ensina Brasil inspirado nas experiências da rede global Teach for All. Seleciona profissionais recém-formados nas melhores universidades do país para uma vivência em sala de aula, com o objetivo de formar líderes comprometidos com a melhoria dos índices educacionais do país. Em 2017, sete escolas do Mato Grosso do Sul aderiram à iniciativa.
- **Girarte** - Projeto itinerante de arte-educação, que dissemina a dança e o teatro por meio de oficinas, palestras culturais e apresentações cênicas aos alunos de instituições de ensino de diferentes municípios de atuação do Grupo Energisa.
- **Biblioteca Energisa e Balcão de Livros** - Destaque para o 1º Balcão de Livros da Energisa em Mato Grosso do Sul, na agência de atendimento a clientes em Dourados. Espaço incentiva a leitura como ferramenta para o desenvolvimento intelectual. Clientes adimplentes da concessionária podem pegar emprestado livros nacionais e estrangeiros, de autores conhecidos e aclamados pela crítica. As bibliotecas somam um acervo com 6,1 mil obras literárias.
- **Educação para a segurança no uso da energia elétrica** - Ações como o Projeto Nossa Energia na Escola e o Programa Zé da Luz na Escola destacam os cuidados para evitar acidentes no contato com redes elétricas. Há também campanhas anuais dirigidas para os clientes das áreas de concessão.

Desenvolvimento local

- **Bem da Gente** - O projeto prevê ações para proporcionar a inclusão produtiva, por meio de capacitação para o empreendedorismo. No Mato Grosso do Sul, entre 2016 e 2017 foi desenvolvido um projeto de geração de renda na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio. Em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco, a Energisa promoveu a revisão e a renovação de todo o processo de fabricação de rapadura, melado de cana e açúcar mascavo, para adequar as condições de higiene e de tecnologia de produção local às

melhores práticas de mercado. A comunidade também recebeu salas de aula de informática, assim como a substituição de instalações elétricas, lâmpadas e equipamentos como geladeiras, freezers e ar condicionado antigos.

- **Formação de eletricitistas** - Em parceria com o Senai, o Grupo Energisa formou eletricitistas de rede no Mato Grosso do Sul. A iniciativa contribui para a melhoria da qualificação profissional, empregabilidade e geração de renda nas comunidades atendidas pelo programa.

Projetos especiais

- **Natal** – Em 2017, a Energisa Mato Grosso Sul montou a Van do Natal, iluminada com LED e com atividades para educar sobre o consumo consciente de energia em localidades do estado.

Iniciativas ambientais

A Energisa Mato Grosso do Sul mantém atividades e práticas para a preservação do meio ambiente, buscando reduzir o impacto das operações sobre o meio ambiente, usar recursos naturais de forma sustentável e promover a educação ambiental. Dentre os programas e práticas, destacam-se:

- Atualização em 2017 de todas as Instruções de Controle Ambiental (ICAs), fruto do 1º Workshop de Gestão Ambiental do Grupo Energisa.
- Instalação de redes protegidas, com menor impacto na arborização, o que melhora a qualidade da energia distribuída, aumentando a confiabilidade no sistema. Do ponto de vista urbanístico otimiza o espaço disponível na estrutura física da rede.
- Disposição e tratamento de resíduo, com controle durante o processo e contratação de empresas licenciadas para garantir o correto manuseio, transporte e destinação final. Esse processo permite direcionar para reciclagem material metálico proveniente de cabos elétricos, chaves, transformadores, medidores de energia elétrica (relógio), dentre outros.
- Regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e evitando a poluição do meio ambiente.
- Descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias.
- Controle de velocidade (microcomputador de bordo) implantado em cada veículo auxiliar para assegurar a eficiência do consumo de combustível e contribuir para a menor emissão de gases de efeito estufa.
- Comemoração da Semana do Meio Ambiente, com o tema “Dia Verde Energisa”, visando conscientizar sobre a importância do plantio de árvores em locais adequados para a manutenção das redes elétricas de baixa-tensão.
- Programas de Educação Ambiental para atendimento a condicionantes específicas das Licenças Ambientais. Em 2017, ocorreu em Dourados.
- Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental.

Iniciativas relativas à ética

- **Ética e integridade** - O Código de Ética e Conduta da empresa é um guia para os colaboradores no relacionamento com os diversos públicos. Um Comitê de Ética integrado por representantes de diversas áreas tem como responsabilidade promover o cumprimento e aprimoramento do documento.

8 Serviços prestados pelo auditor independente

Em atendimento ao rodízio obrigatório previsto no artigo 31 da Instrução Normativa CVM nº 308 e conforme definido pelo Conselho de Administração da Companhia, foi aprovada a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes na qualidade de novo auditor independente da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2017.

A remuneração total desses auditores pelos serviços prestados para a Companhia em 2017 foi de R\$ 420 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2017 | 2016 (reapresentado) | 01/12/2016 (reapresentado) |
|--|------|------------------|-------------------------|-------------------------------|
| Ativo | | | | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 5.1 | 52.816 | 85.961 | 79.347 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 5.2 | 221.843 | 262.458 | 214.828 |
| Consumidores e concessionárias | 6 | 401.296 | 378.429 | 408.282 |
| Estoques | | 3.283 | 3.548 | 3.452 |
| Tributos a recuperar | 8 | 72.252 | 49.125 | 42.406 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 30 | - | 1.441 | 4.518 |
| Ativos financeiros setoriais | 9 | 142.812 | 77.494 | 160.672 |
| Outros créditos | 10 | 84.530 | 67.941 | 74.826 |
| Total do circulante | | 978.832 | 926.397 | 988.331 |
| Não circulante | | | | |
| Realizável a longo prazo | - | | | |
| Consumidores e concessionárias | 6 | 38.618 | 34.070 | 36.117 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 5.2 | 36.503 | 32.468 | 16.137 |
| Tributos a recuperar | 8 | 21.050 | 28.333 | 21.587 |
| Créditos tributários | 12 | 104.273 | 143.122 | 134.836 |
| Cauções e depósitos vinculados | 20 | 84.016 | 69.401 | 68.120 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 30 | 8.563 | - | 29.783 |
| Ativos financeiros setoriais | 9 | 47.005 | 21.451 | 37.393 |
| Contas a receber da concessão | 13 | 704.613 | 611.700 | 452.751 |
| Outros | 10 | 3.010 | 3.535 | 4.509 |
| | | 1.047.651 | 944.080 | 801.233 |
| Investimentos | 14 | 523 | 566 | 610 |
| Intangível | 15 | 819.871 | 798.261 | 816.335 |
| Total do não circulante | | 1.868.045 | 1.742.907 | 1.618.178 |
| Total do ativo | | 2.846.877 | 2.669.304 | 2.606.509 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2017 | 2016 (reapresentado) | 01/12/2016 (reapresentado) |
|--|-------------|------------------|-------------------------|-------------------------------|
| Passivo | | | | |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores | 16 | 247.166 | 165.449 | 212.259 |
| Encargos de dívidas | 17 | 3.599 | 5.157 | 2.753 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 33.606 | 130.958 | 76.932 |
| Debentures | 18 | 7.437 | 79.518 | 51.414 |
| Folha de pagamento | | 3.603 | 3.564 | 2.671 |
| Impostos e contribuições sociais | 19 | 66.943 | 71.691 | 70.694 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 30 | 3.647 | - | 11.423 |
| Obrigações estimadas | | 17.419 | 17.797 | 17.914 |
| Contribuição de iluminação pública | | 13.611 | 10.091 | 21.302 |
| Benefícios pós-emprego | 31 | 7 | - | 84 |
| Obrigações intra-setoriais | 21.1 e 21.2 | 62.079 | 67.531 | 78.033 |
| Incorporação de redes | 21.3 | 11.869 | 12.636 | 24.369 |
| Passivos financeiros setoriais | 9 | 145.097 | 101.166 | 76.052 |
| Outros passivos | 22 | 11.586 | 11.934 | 10.431 |
| Total do circulante | | 627.669 | 677.492 | 656.331 |
| Não circulante | | | | |
| Fornecedores | 16 | 11.450 | 5.732 | 7.600 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 702.530 | 620.497 | 538.136 |
| Debentures | 18 | 446.341 | 272.121 | 351.639 |
| Impostos e contribuições sociais | 19 | 14.745 | 20.427 | 10.940 |
| Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | 20 | 174.666 | 180.329 | 206.239 |
| Benefícios pós-emprego | 31 | 59 | 143 | 82 |
| Obrigações intra-setoriais | 21.2 | 8.079 | 6.082 | 9.175 |
| Passivos financeiros setoriais | 9 | 44.695 | 29.146 | 11.002 |
| Outros passivos | 22 | 195 | 323 | 2.670 |
| Total do não circulante | | 1.402.760 | 1.134.800 | 1.137.483 |
| Patrimônio líquido | | | | |
| Capital social | 23.1 | 616.732 | 616.732 | 595.649 |
| Reservas de capital | 23.2 | 118.594 | 118.594 | 118.594 |
| Reservas de lucros | 23.3 e 23.4 | 34.427 | 29.220 | 23.851 |
| Dividendos adicionais propostos | 23.5 | 46.993 | 75.655 | 44.471 |
| Lucros acumulados | | - | 17.093 | 9.106 |
| Outros resultados abrangentes | 23.6 | (298) | (282) | (59) |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | | - | - | 21.083 |
| Total do patrimônio líquido | | 816.448 | 857.012 | 812.695 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.846.877 | 2.669.304 | 2.606.509 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | Nota | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|---|------|-----------------|-------------------------|
| Receita operacional líquida | 24 | 2.234.492 | 1.975.675 |
| Custo do serviço de energia elétrica | 25 | (1.783.038) | (1.598.588) |
| Lucro bruto | | 451.454 | 377.087 |
| Despesas gerais e administrativas | 25 | (230.941) | (127.359) |
| Outras receitas | 26 | 968 | 1.692 |
| Outras despesas | 26 | (21.505) | (16.876) |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos | | 199.976 | 234.544 |
| Receita financeira | 27 | 109.476 | 121.772 |
| Despesas financeiras | 27 | (150.728) | (187.661) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | | (41.252) | (65.889) |
| Lucro antes dos impostos | | 158.724 | 168.655 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 12 | (42.231) | (61.458) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 12 | (29.456) | 8.168 |
| Lucro líquido do exercício | | 87.037 | 115.365 |
| Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$ | 28 | 134,52 | 179,71 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|---|------|---------------|-------------------------|
| Lucro líquido do exercício | | 87.037 | 115.365 |
| Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado | | | |
| Outros resultados abrangentes | 23.6 | (16) | (223) |
| Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos | | 87.021 | 115.142 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|--|---------|------------------|-------------------------|
| Atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 87.037 | 115.365 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | 42.231 | 61.458 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 29.456 | (8.168) |
| Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas | | 53.222 | 60.720 |
| Depreciação e amortização | 25 | 97.551 | 76.561 |
| Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa | 25 | 20.912 | 34.220 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | | - | 392 |
| Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | 26 | (9.875) | (40.704) |
| Instrumentos financeiros e marcação a mercado de derivativos | | 1.855 | (4.175) |
| Marcação a mercado de empréstimos | | (63) | 3.665 |
| Ativo financeiro indenizável da concessão | 26 | (16.962) | (24.629) |
| Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível | 26 | 22.346 | 11.743 |
| Variações nas contas do ativo circulante e não circulante | | | |
| (Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias | | (10.632) | 42.270 |
| Diminuição (aumento) de estoques | | 3.056 | (2.824) |
| (Aumento) de tributos a recuperar | | (15.844) | (11.022) |
| (Aumento) diminuição de ativos financeiros setoriais | | (66.585) | 109.266 |
| (Aumento) de cauções e depósitos vinculados | | (14.615) | (2.027) |
| (Aumento) diminuição de outros créditos | | (38.410) | 7.476 |
| Variações nas contas do passivo circulante e não circulante | | | |
| Aumento (diminuição) de fornecedores | | 66.024 | (24.445) |
| Aumento de folha de pagamento | | 39 | 893 |
| (Diminuição) de impostos e contribuições sociais | | (3.179) | (6.814) |
| Imposto de Renda e contribuição social pagos | | (32.881) | (38.327) |
| (Diminuição) de obrigações Estimadas | | (378) | (117) |
| (Diminuição) de obrigações intrasetoriais | | (5.360) | (16.789) |
| Aumento de passivos financeiros setoriais | | 30.490 | 27.416 |
| (Diminuição) de outras contas a pagar | | 2.951 | (12.301) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | | 242.386 | 359.103 |
| Atividades de investimentos | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | | 66.995 | (11.479) |
| Aplicações no intangível | 15 e 35 | (190.290) | (230.912) |
| Alienação de bens do imobilizado e intangível | | 10.243 | 1.692 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos | | (113.052) | (240.699) |
| Atividades de financiamento | | | |
| Novos empréstimos, financiamentos e debêntures | 17 e 18 | 573.496 | 223.808 |
| Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal | 17 e 18 | (508.656) | (112.650) |
| Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros | 17 e 18 | (90.384) | (125.797) |
| Liquidação de instrumentos financeiros derivativos | | (5.330) | (22.335) |
| Incorporação de rede | | (4.020) | (3.991) |
| Pagamentos de dividendos | 23.5 | (127.585) | (70.825) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento | | (162.479) | (111.790) |
| Variação líquida do caixa | | (33.145) | 6.614 |
| Caixa mais equivalentes de caixa iniciais | | 85.961 | 79.347 |
| Caixa mais equivalentes de caixa finais | | 52.816 | 85.961 |
| Variação líquida do caixa | | (33.145) | 6.614 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|--|---------|------------------|-------------------------|
| Geração do valor adicionado: | | | |
| Receitas | | | |
| Receitas de vendas de energia elétrica e serviços | 24 | 3.055.187 | 2.772.621 |
| Outros resultados | 26 | 20.528 | 28.832 |
| Receitas relativas a construção de ativos próprios | 24 e 27 | 223.455 | 230.186 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis | 25 | (380) | (34.220) |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | | | |
| Custo da energia elétrica vendida | | 1.265.734 | 1.072.465 |
| Materiais e serviços de terceiros | | 193.754 | 116.821 |
| Outros custos operacionais | | 284.492 | 273.614 |
| | | 1.743.980 | 1.462.900 |
| Valor adicionado bruto | | 1.554.810 | 1.534.519 |
| Depreciação e amortização | 25 | 97.552 | 76.561 |
| Valor adicionado líquido | | 1.457.258 | 1.457.958 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | |
| Receitas financeiras | 27 | 114.504 | 126.946 |
| Valor adicionado total a distribuir | | 1.571.762 | 1.584.904 |
| Distribuição do valor adicionado: | | | |
| Pessoal | | | |
| Remuneração direta | | 93.755 | 92.749 |
| Benefícios | | 70.030 | 44.901 |
| FGTS | | 11.913 | 14.020 |
| Impostos, taxas e contribuições | | | |
| Federais | | 376.820 | 325.945 |
| Estaduais | | 515.679 | 491.949 |
| Municipais | | 700 | 772 |
| Obrigações intra-setoriais | | 262.104 | 305.914 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | |
| Juros | 27 | 112.230 | 98.351 |
| Aluguéis | | 1.881 | 1.948 |
| Outras despesas financeiras | 27 | 39.613 | 92.990 |
| Remuneração de capitais próprios | | | |
| Dividendos | 23.4 | 51.930 | 26.354 |
| Dividendos adicionais propostos | 23.4 | 46.993 | 75.655 |
| Reserva Legal | 23.3 | 5.207 | 5.369 |
| Lucros acumulados | | (17.093) | 7.987 |
| | | 1.571.762 | 1.584.904 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

| | Capital social | Reservas de Capital | | Reservas de Lucros | | Dividendos adicionais propostos | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes | Recursos destinados a futuro aumento de capital | Total do patrimônio líquido |
|---|----------------|---|--------------------------|--------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------------------|---|-----------------------------|
| | | Remuneração das imobilizações sem curso | Reserva especial de ágio | Reserva legal | Retenção de Lucros | | | | | |
| Saldos em 01 janeiro de 2016 (reapresentado) | 595.649 | 1.650 | 116.944 | 21.521 | 2.330 | 44.471 | 9.106 | (59) | 21.083 | 812.695 |
| Pagamento de dividendos adicionais | - | - | - | - | - | (44.471) | - | - | - | (44.471) |
| Aumento de capital conforme AGE de 26/04/2016 | 23.1 | 21.083 | - | - | - | - | - | - | (21.083) | - |
| Outros resultados abrangentes | 23.6 | - | - | - | - | - | - | (223) | - | (223) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 115.365 | - | - | 115.365 |
| Proposta de destinação do Lucro Líquido: | | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | 23.3 | - | - | 5.369 | - | - | (5.369) | - | - | - |
| Dividendos | 23.5 | - | - | - | - | - | (26.354) | - | - | (26.354) |
| Dividendos adicionais propostos | 23.5 | - | - | - | - | 75.655 | (75.655) | - | - | - |
| Saldos em 31 dezembro de 2016 (reapresentado) | 616.732 | 1.650 | 116.944 | 26.890 | 2.330 | 75.655 | 17.093 | (282) | - | 857.012 |
| Pagamento de dividendos adicionais | - | - | - | - | - | (75.655) | - | - | - | (75.655) |
| Outros resultados abrangentes | 23.6 | - | - | - | - | - | - | (16) | - | (16) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 87.037 | - | - | 87.037 |
| Proposta de destinação do Lucro Líquido: | | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | 23.3 | - | - | 5.207 | - | - | (5.207) | - | - | - |
| Dividendos | 23.5 | - | - | - | - | - | (51.930) | - | - | (51.930) |
| Dividendos adicionais propostos | 23.5 | - | - | - | - | 46.993 | (46.993) | - | - | - |
| Saldos em 31 dezembro de 2017 | 616.732 | 1.650 | 116.944 | 32.097 | 2.330 | 46.993 | - | (298) | - | 816.448 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Balanço Social

| ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A | | | | | | |
|--|--|--|------------------------------|--|---|------------------------------|
| BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2017 | | | | | | |
| (Em milhares de reais) | | | | | | |
| 1 - Base de Cálculo | 2017 | | | 2016 (reapresentado) | | |
| Receita líquida (RL) | | | | 2.234.492 | 1.975.675 | |
| Resultado operacional (RO) | | | | 158.724 | 168.655 | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | | | | 192.134 | 196.145 | |
| 2 - Indicadores Sociais Internos | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | 21.848 | 11,37% | 0,98% | 19.908 | 10,15% | 1,01% |
| Encargos sociais compulsórios | 35.562 | 18,51% | 1,59% | 37.365 | 19,05% | 1,89% |
| Previdência privada | 4.390 | 2,28% | 0,20% | 4.205 | 2,14% | 0,21% |
| Saúde | 17.448 | 9,08% | 0,78% | 14.914 | 7,60% | 0,75% |
| Segurança e saúde no trabalho | 4.404 | 2,29% | 0,20% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Educação | 169 | 0,09% | 0,01% | 121 | 0,06% | 0,01% |
| Cultura | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 576 | 0,30% | 0,03% | 329 | 0,17% | 0,02% |
| Creches ou auxílio-creche | 260 | 0,14% | 0,01% | 183 | 0,09% | 0,01% |
| Participação nos lucros ou resultados | 6.821 | 3,55% | 0,31% | 4.774 | 2,43% | 0,24% |
| Outros | 3.110 | 1,62% | 0,14% | 2.836 | 1,45% | 0,14% |
| Total - Indicadores sociais internos | 94.588 | 49,23% | 4,25% | 84.635 | 43,14% | 4,28% |
| 3 - Indicadores Sociais Externos | Valor | % sobre RO | % sobre RL | Valor | % sobre RO | % sobre RL |
| Educação | 406 | 0,26% | 0,02% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Cultura | 337 | 0,21% | 0,02% | 285 | 0,17% | 0,01% |
| Saúde e saneamento | 31 | 0,02% | 0,00% | 35 | 0,02% | 0,00% |
| Esporte | 84 | 0,05% | 0,00% | 76 | 0,05% | 0,00% |
| Combate à fome e segurança alimentar | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 18 | 0,01% | 0,00% | 70 | 0,04% | 0,00% |
| Total das contribuições para a sociedade | 876 | 0,55% | 0,04% | 466 | 0,28% | 0,01% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 866.442 | 545,88% | 38,78% | 798.558 | 473,49% | 40,42% |
| Total - Indicadores sociais externos | 867.318 | 546,43% | 38,82% | 799.024 | 473,77% | 40,43% |
| 4 - Indicadores Ambientais | Valor | % sobre RO | % sobre RL | Valor | % sobre RO | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa | 13.778 | 8,68% | 0,62% | 17.474 | 10,36% | 0,88% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Total dos investimentos em meio ambiente | 13.778 | 8,68% | 0,62% | 17.474 | 10,36% | 0,88% |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa: | (x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% | | () cumpre | (x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% | | () cumpre |
| 5 - Indicadores do Corpo Funcional | 2017 | | | 2016 | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 1.429 | | | 1.389 | | |
| Nº de admissões durante o período | 162 | | | 263 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 1.330 | | | 776 | | |
| Nº de estagiários(as) | 48 | | | 58 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 153 | | | 199 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 194 | | | 204 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 15,00% | | | 4,41% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 551 | | | 605 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 16,25% | | | 2,15% | | |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | 41 | | | 42 | | |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2017 | | | Metas 2018 | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 35,93 | | | 35,93 | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 23 | | | 8 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | () direção | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () direção | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () todos(as) +Cipa | () direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (x) todos(as) +Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | () não se envolve | (x) segue as normas da OIT | () incentiva e segue a OIT | () não se envolve | (x) segue as normas da OIT | () incentiva e segue a OIT |
| A previdência privada contempla: | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | () não são considerados | () são sugeridos | (x) são exigidos | () não são considerados | () são sugeridos | (x) são exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | () não se envolve | () apoia | (x) organiza e incentiva | () não se envolve | () apoia | (x) organiza e incentiva |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa 385.300 | no Procon 2.098 | na Justiça 3.111 | na empresa 366.035 | no Procon 4.707 | na Justiça 2.819 |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa 99,94% | no Procon 98,04% | na Justiça 91,99% | na empresa 99% | no Procon 97,50% | na Justiça 95,00% |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): | Em 2017: 1.571.762 | | | Em 2016: 1.584.904 | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 73% governo | 11% colaboradores(as) 9% terceiros 0% retido | 6% acionistas | 71% governo | 11% colaboradores(as) 12% terceiros 0% retido | 6% acionistas |
| 7 - Outras Informações | 2017 | | | 2016 | | |
| 7) Investimentos sociais | | | | | | |
| 7.1 - Programa Luz para Todos | | | | | | |
| 7.1.1 - Investimento da União | 0 | | | 0 | | |
| 7.1.2 - Investimento do Estado | 0 | | | 0 | | |
| 7.1.3 - Investimento do Município | 0 | | | 0 | | |
| 7.1.4 - Investimento da Concessionária | 0 | | | 7.540 | | |
| Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4) | 0 | | | 7.540 | | |
| 7.2 - Programa de eficiência Energética | 10.951 | | | 13.220 | | |
| 7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento | 4.226 | | | 7.274 | | |
| Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3) | 15.177 | | | 20.494 | | |

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (Companhia ou EMS) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Campo Grande - MS, controlada pela Rede Energia Participações S.A. ("REDE"), atuando na área de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão legal que abrange 328.335 km², 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 1.015.666 consumidores (informações fora do escopo dos auditores independentes) em 79 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia obteve registro de Companhia aberta na CVM em 28 de agosto de 1981.

Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 04 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a concessão para a distribuição de energia elétrica em 79 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 03/12/2027. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 9, 13, 15 e 24, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2018.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas incluem consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturado), provisão para créditos de liquidação duvidosa, créditos tributários, provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, custo de energia elétrica comprada para revenda, Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos e Benefícios a empregados.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Novas normas que ainda não estavam em vigor no encerramento do exercício

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia:

| Normas | Descrição | Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após |
|------------------------------------|---|--|
| CPC 48 / IFRS 9 | Instrumentos financeiros | 1º de janeiro de 2018 |
| CPC 47 / IFRS 15 | Receitas de Contratos com clientes | 1º de janeiro de 2018 |
| Esclarecimentos à IFRS 15 | Receitas de Contrato com Cliente emitida em 12 de abril de 2016. | 1º de janeiro de 2018 |
| Alterações ao CPC 10 (R1) / IFRS 2 | Pagamentos baseados em ações | 1º de janeiro de 2018 |
| Alterações ao CPC 11 / IFRS 4 | Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos | 1º de janeiro de 2018 |
| Alterações ao CPC 28 / IAS 40 | Transferências de propriedade de investimentos | 1º de janeiro de 2018 |
| IFRS 16 | Leases (Arrendamentos) | 1º de janeiro de 2019 |
| IFRS 17 | Contratos de seguros | 1º de janeiro de 2021 |
| Alterações à IFRS 10 e IAS 28 | Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture | Adiado indefinidamente |

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 são os seguintes:

(i) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros:

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis que pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9.

(a) Classificação e mensuração

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, não há alterações significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de alterações no risco de crédito próprio (OCI) para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado, que substituiu o modelo utilizado de perda incorrida. A Companhia aplicará

a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos. Desta forma, a aplicação dos novos requisitos pode levar a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na conta clientes, consumidores e concessionárias. Esta nova forma de reconhecimento exigirá um julgamento sobre as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de créditos. A avaliação inicial efetuada pela Companhia não indica alterações relevantes na provisão para perdas por redução ao valor de recuperação dos seus principais ativos financeiros em função da adoção do IFRS 9.

(c) Contabilidade de *hedge*

De acordo com a prática atual, uma cobertura deve ser altamente efetiva, prospectiva e retrospectiva, enquanto a IFRS 9 vem introduzir um modelo novo e menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. O novo modelo altera os critérios de comprovação de relacionamentos de *hedge*.

Divulgação: A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação as informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

Transição: As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

(ii) IFRS 15/CPC 47 Receita de Contratos com Clientes:

A IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia optou por adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. Desta forma, a aplicação deste pronunciamento terá seus impactos refletidos a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma análise detalhada de suas receitas e não identificou circunstâncias que indicassem que a adoção do IFRS 15/CPC47, causará efeitos significativos em suas demonstrações financeiras.

(a) Receita de distribuição de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita com fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação no momento em que é faturada, com base no consumo medido multiplicado pela tarifa vigente. Adicionalmente, a Companhia estima e reconhece a receita não faturada com base da data efetiva de medição e o encerramento do mês.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é improvável, a Companhia deve avaliar se estas receitas serão reconhecidas líquidas das perdas estimadas. Com base na avaliação realizada pela Companhia não há impacto de perdas estimadas a ser considerado.

A Companhia, distribuidora de energia elétrica, é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes, entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores que compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia

elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. As penalidades que representam ressarcimento aos clientes, ou seja, DIC, FIC e DMIC deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

(b) Receita de Disponibilidade do sistema de transmissão e distribuição da rede elétrica

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço aos consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(c) Receita de subvenções governamentais

A receita de subvenções governamentais é composta pelo subsídio fornecido pelo governo para consumidores enquadrados como baixa renda e pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que visa o custeio dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(d) Receita de construção da infraestrutura

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(e) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (CVA - ativa e passiva)

Corresponde as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(f) Receita de comercialização e liquidação de energia

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é liquidado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(g) Receita de uso mútuo de redes e postes

Essa receita é oriunda dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. Sobre esta receita é aplicado um fator de compartilhamento com o consumidor, em montante igual a 60% da média anual dos últimos 3 anos, incorporado às tarifas como redutor de receita. Esse fator redutor é aplicado a cada 5 anos no processo de revisão tarifária periódica.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(h) Ativo financeiro indenizável da concessão

A receita de atualização reconhecida pela distribuidora de energia elétrica é reconhecida a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(iii) IFRS 16 Leases (arrendamentos):

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Em 2018 a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento será modificada, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 17.

Transição: Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

(iv) Outras alterações:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016;
- Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);

- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda;
- Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23;
- Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise com maior profundidade será realizada para identificar impactos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

3.2. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

- Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo;
- Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado; (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado; e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores.

Existem três tipos de níveis para apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justos dos instrumentos financeiros estão apresentados na nota explicativa nº 30.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, ativos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, passivos financeiros setoriais e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia

documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 30 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: “hedge” de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data;

- c. **Consumidores e concessionárias** - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL e práticas da Companhia;
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que o contrato de concessão da Companhia foi atualizado em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 9;
- g. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

A atualização do ativo financeiro indenizável da concessão é classificada no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica

e o seu desempenho. A classificação está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Desde 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM, alterado para IPCA a partir do exercício de 2016.

A Companhia alterou sua prática do reconhecimento da remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, até então os cálculos eram realizados sobre a parcela da base blindada (última revisão tarifária homologada pela ANEEL), passando a incluir a atualização sobre parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última calculada com base em estimativas, considerando, além da variação mensal do IPCA, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. Em razão de tal mudança voluntária de prática contábil, os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentados, conforme descrito na nota explicativa 3.3, em consonância com o CPC 23.

Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 13.

- h. **Investimentos** - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. **Intangível** - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão;
- j. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. **Redução a valor recuperável**

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é

calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão reconhecida na demonstração dos resultados caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil,

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas e são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- I. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- m. Derivativos** - A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30;

- n. Imposto de renda e contribuição social** - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- o. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- p. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- q. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- r. Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- s. Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensões e outros benefícios pós emprego - a obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada

plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. A Companhia patrocina, plano de assistência médica e hospitalar aos colaboradores que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes;

- t. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- u. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3 Reclassificação de exercícios anteriores

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu as seguintes reclassificações nas suas demonstrações do balanço patrimonial e da mutação do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 23 de março de 2016 e do balanço patrimonial, da mutação do patrimônio líquido, do resultado, do valor adicionado e do fluxo de caixa relativa de 31 de dezembro de 2016, originalmente emitidas em 25 de março de 2017 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro":

| Ativo | Ref. | Divulgado 2015 | Ajustes | Reapresentado 01/01/2016 |
|-------------------------------|------|----------------|---------|--------------------------|
| Crédito tributários | (a) | 139.527 | (4.691) | 134.836 |
| Contas a receber da concessão | (a) | 438.954 | 13.797 | 452.751 |
| Realizável a longo prazo | | 792.127 | 9.106 | 801.233 |
| Total do não circulante | | 1.609.072 | 9.106 | 1.618.178 |
| Total do ativo | | 2.597.403 | 9.106 | 2.606.509 |

| Passivo | Ref. | Divulgado 2015 | Ajustes | Reapresentado 01/01/2016 |
|---------------------------------------|------|----------------|---------|--------------------------|
| Lucros acumulados | (a) | - | 9.106 | 9.106 |
| Total do patrimônio líquido | | 803.589 | 9.106 | 812.695 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.597.403 | 9.106 | 2.606.509 |

| Mutação do patrimônio líquido | Ref. | Divulgado 2015 | Ajustes | Reapresentado 01/01/2016 |
|-------------------------------|------|----------------|---------|--------------------------|
| Lucros acumulados | (a) | - | 9.106 | 9.106 |
| Total do patrimônio líquido | | 803.589 | 9.106 | 812.695 |

| Ativo | Ref. | Divulgado 2016 | Ajustes | Reapresentado 2016 |
|-------------------------------|------|----------------|---------|--------------------|
| Crédito tributários | (a) | 151.927 | (8.805) | 143.122 |
| Contas a receber da concessão | (a) | 585.802 | 25.898 | 611.700 |
| Realizável a longo prazo | | 926.987 | 17.093 | 944.080 |
| Total do não circulante | | 1.725.814 | 17.093 | 1.742.907 |
| Total do ativo | | 2.652.211 | 17.093 | 2.669.304 |

| Passivo | Ref. | Divulgado 2016 | Ajustes | Reapresentado 2016 |
|---------------------------------------|------|----------------|---------|--------------------|
| Lucros acumulados | (a) | - | 17.093 | 17.093 |
| Total do patrimônio líquido | | 839.919 | 17.093 | 857.012 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.652.211 | 17.093 | 2.669.304 |

| Mutação do patrimônio líquido | Ref. | Divulgado 2016 | Ajustes | Reapresentado 2016 |
|-------------------------------|------|----------------|---------|--------------------|
| Lucros acumulados | (a) | - | 17.093 | 17.093 |
| Total do patrimônio líquido | | 839.919 | 17.093 | 857.012 |

| Demonstração do Resultado | Ref. | Divulgado 2016 | Ajustes e reclassificações | Reapresentado 2016 |
|--|------|----------------|----------------------------|--------------------|
| Receita operacional líquida | (a) | 1.963.574 | 12.101 | 1.975.675 |
| Custo do serviço de energia | (b) | (1.583.255) | (15.333) | (1.598.588) |
| Lucro bruto | | 380.319 | (3.232) | 377.087 |
| Despesas gerais e administrativas | (b) | (142.692) | 15.333 | (127.359) |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos | | 222.443 | 12.101 | 234.544 |
| Lucro antes dos impostos | | 156.554 | 12.101 | 168.655 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (a) | 12.282 | (4.114) | 8.168 |
| Lucro líquido do exercício | | 107.378 | 7.987 | 115.365 |
| Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$ | | 167,27 | | 179,71 |

| Demonstração do Valor Adicionado | Ref. | Divulgado 2016 | Ajustes e reclassificações | Reapresentado 2016 |
|--|------|----------------|----------------------------|--------------------|
| Outros resultados | (a) | 16.731 | 12.101 | 28.832 |
| Provisão (Reversão) de Créditos de Liquidação Duvidosa | (b) | 3.484 | (37.704) | (34.220) |
| Materiais e serviços de terceiros | (b) | (154.525) | 37.704 | (116.821) |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | | (1.500.604) | 37.704 | (1.462.900) |
| Valor adicionado bruto | | 1.522.418 | 12.101 | 1.534.519 |
| Valor adicionado líquido | | 1.445.857 | 12.101 | 1.457.958 |
| Valor adicionado total a distribui | | 1.572.803 | 12.101 | 1.584.904 |
| Federais | (a) | 321.831 | 4.114 | 325.945 |
| Lucros acumulados | (a) | - | 7.987 | 7.987 |

| Demonstração do Fluxo de Caixa | Ref. | Divulgado 2016 | Ajustes e reclassificações | Reapresentado 2016 |
|--|------|----------------|----------------------------|--------------------|
| Lucro líquido do exercício | (a) | 107.378 | 7.987 | 115.365 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (a) | (12.282) | 4.114 | (8.168) |
| Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa | (b) | 3.483 | 30.737 | 34.220 |
| Ativo financeiro indenizável da concessão | (a) | (12.528) | (12.101) | (24.629) |
| Diminuição (Aumento) de Consumidores e Concessionários | (b) | 73.007 | (30.737) | 42.270 |
| Caixa Líquido Atividades Operacionais | | 359.103 | - | 359.103 |

(a) No exercício de 2017, objetivando melhor adequar as práticas contábeis, a Companhia passou a reconhecer a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base incremental. Anteriormente aplicava a variação do IPCA somente sobre a base blindada (última revisão tarifária homologada pela ANEEL).

(b) A Companhia reclassificou os valores correspondentes as de baixas das contas de energia - R\$37.704 e a rubrica de Transferências para ordens de imobilização em curso em (R\$22.371), anteriormente classificadas na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas - Outros, para a rubrica de Custos do serviço de energia, objetivando melhor demonstrar a demonstração de resultado.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 79 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificado de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2017 equivale a 90,34% do CDI (101,36% do CDI em 2016).

| | 2017 | 2016 |
|--|---------------|---------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 15.227 | 11.808 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata: | 37.589 | 74.153 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 280 | 51.196 |
| Compromissada | 37.309 | 22.957 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante | 52.816 | 85.961 |

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2017 equivale a 106,00% do CDI (109,75% do CDI em 2016).

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Avaliadas ao valor justo por meio do resultado | 258.346 | 294.926 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 12.399 | 17.257 |
| Fundo de Investimento ⁽¹⁾ | 111.217 | 15.916 |
| Fundo de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾ | 98.227 | 229.285 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 1.434 | 13.831 |
| Cédula de Crédito Bancário (CCB) | 532 | 2.166 |
| Debêntures | 15.340 | 42.622 |
| Compromissadas | 1.459 | 2.707 |
| Títulos públicos | 2.702 | 4.729 |
| Fundo de Crédito | - | 8.167 |
| Fundo de Renda Fixa | 22.014 | 56.150 |
| Letra financeira (LF) | 54.474 | 98.236 |
| Nota promissória | 272 | 677 |
| Mantidas até o vencimento | 36.503 | 32.468 |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados IV Energisa Centro Oeste ⁽³⁾ | 36.503 | 32.468 |
| Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾ | 258.346 | 294.926 |
| Circulante | 221.843 | 262.458 |
| Não Circulante | 36.503 | 32.468 |

(1) Fundo de investimentos - São classificados como renda fixa e Multimercado e são remunerados de 99,35% a 152,67% e média ponderada de 110,29% do CDI.

(2) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF e são remuneradas de 102,47% do CDI fundo FI Energisa e 104,94% do CDI Fundo Zona da Mata.

(3) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

(4) Inclui R\$60.915 (R\$48.145 em 2016) referentes a recursos vinculados a empréstimos e leilões de energia.

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

| | Saldos a vencer | | Saldos vencidos | | | | Provisão para créditos de liquidação duvidosa (4) | Total | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|---------------|----------------|---------------------|---|----------------|----------------|
| | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | há mais de 360 dias | | 2017 | 2016 |
| Valores correntes (1) | | | | | | | | | |
| Residencial | 56.550 | 6 | 56.201 | 6.459 | 1.188 | 131 | (7.778) | 112.757 | 104.905 |
| Industrial | 9.500 | - | 3.634 | 576 | 714 | 1.870 | (1.870) | 14.424 | 14.238 |
| Comercial | 27.433 | - | 14.702 | 1.787 | 2.064 | 4.399 | (6.463) | 43.922 | 45.197 |
| Rural | 8.662 | - | 9.374 | 2.058 | 447 | 52 | (52) | 20.541 | 20.662 |
| Poder público | 12.818 | - | 2.452 | 185 | 27 | 45 | (45) | 15.482 | 18.348 |
| Iluminação pública | 2.036 | - | 773 | 37 | 8 | - | - | 2.854 | 6.072 |
| Serviço público | 5.656 | - | 85 | 52 | - | - | - | 5.793 | 5.544 |
| Serviço taxado | 468 | - | 389 | 162 | 28 | 21 | (21) | 1.047 | 802 |
| Fornecimento não faturado | 126.260 | - | - | - | - | - | - | 126.260 | 125.889 |
| Arrecadação Processo Classificação | 15.233 | - | - | - | - | - | - | 15.233 | 5.942 |
| Valores renegociados: | | | | | | | | | |
| Residencial | 5.044 | 13.193 | 2.812 | 1.420 | 132 | 1.765 | (9.400) | 14.966 | 10.606 |
| Industrial | 1.251 | 3.172 | 275 | 247 | 288 | 2.413 | (5.412) | 2.234 | 6.430 |
| Comercial | 5.137 | 20.667 | 848 | 455 | 225 | 1.096 | (4.162) | 24.266 | 20.655 |
| Rural | 983 | 5.078 | 581 | 200 | 37 | 208 | (2.992) | 4.095 | 2.196 |
| Poder público | 2.919 | 21.682 | 143 | 12 | 32 | 6.844 | (8.783) | 22.849 | 15.670 |
| Iluminação pública | 261 | 2.611 | 30 | - | - | 10 | (10) | 2.902 | 2.770 |
| Serviço público | 34 | 1.222 | 14 | 14 | 27 | 182 | (607) | 886 | 128 |
| Serviço taxado | 27 | 58 | 18 | 10 | 1 | - | - | 114 | 89 |
| (-) Ajuste valor Presente (2) | (994) | (4.296) | - | - | - | - | - | (5.290) | (8.995) |
| Subtotal - clientes | 279.278 | 63.393 | 92.331 | 13.674 | 5.218 | 19.036 | (47.595) | 425.335 | 397.148 |
| Suprimento Energia - Moeda Nacional (3) | 140 | - | - | - | - | 2.299 | - | 2.439 | 2.439 |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | 3.786 | - | - | - | - | - | - | 3.786 | 3.663 |
| Outros | 3.041 | 838 | 2.592 | 231 | 60 | 1.895 | (303) | 8.354 | 9.249 |
| Total | 286.245 | 64.231 | 94.923 | 13.905 | 5.278 | 23.230 | (47.898) | 439.914 | 412.499 |
| Circulante | | | | | | | | 401.296 | 378.429 |
| Não Circulante | | | | | | | | 38.618 | 34.070 |

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Ajuste a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizada a taxa CDI 6,99% a.a. (13,63% a.a. em 2016). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. Abaixo segue a demonstração do fluxo de caixa e sua temporalidade:

| Vencimentos | Ajuste a valor presente |
|----------------|-------------------------|
| 2018 | 270 |
| 2019 | 607 |
| 2020 | 896 |
| 2021 em diante | 3.517 |
| Total | 5.290 |

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O saldo de suprimento energia - moeda nacional em 31 de dezembro de 2017 refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$2.439 (R\$2.439 em 2016), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2017. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$71.928 (R\$1.452 em 2016), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema (R\$1.803 em 2016), conforme demonstrados a seguir:

| Composição dos Créditos da CCEE | 2017 | 2016 |
|---|----------|---------|
| Créditos a Vencer | 140 | 140 |
| Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 ^(a) | 2.299 | 2.299 |
| | 2.439 | 2.439 |
| (-) Aquisições de Energia na CCEE | (71.928) | (1.452) |
| (-) Encargos de serviços do sistema | - | (1.803) |
| | (69.489) | (816) |

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (a) Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL e práticas adotadas pela Companhia a seguir resumidas:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

Instruções da Aneel

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias;

Práticas da Companhia

- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas há mais de 90 dias - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação das provisões:

| | 2017 | 2016 |
|--|----------|----------|
| Saldo inicial - 2016 e 2015 | 47.518 | 51.002 |
| Provisões constituídas no exercício | 20.912 | 34.220 |
| Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis | (20.532) | (37.703) |
| Saldo final - 2017 e 2016 - consumidores e concessionárias | 47.898 | 47.518 |

7. Reajuste, Revisão Tarifária e outros assuntos regulatórios

7.1. Reajuste tarifário:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.215, de 04 de abril de 2017, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 08 de abril de 2017, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de uma redução de 1,92%.

7.2. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A Aneel, através da resolução nº 1.505, de 05 de abril de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia com reajuste médio percebido pelos consumidores de -3,17%, aplicados desde 08 de abril de 2013.

7.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela; e

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Resolução Homologatória nº2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente. Após a finalização da Audiência Pública AP nº 61/2017 a ANEEL aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 2.

Em 2017 e 2016 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

| | 2017 | 2016 |
|-----------|--------------------|--------------------|
| Janeiro | Verde | Vermelha Patamar 2 |
| Fevereiro | Verde | Vermelha Patamar 1 |
| Março | Amarela | Amarela |
| Abril | Vermelha Patamar 1 | Verde |
| Maió | Vermelha Patamar 1 | Verde |
| Junho | Verde | Verde |
| Julho | Amarela | Verde |
| Agosto | Vermelha Patamar 1 | Verde |
| Setembro | Amarela | Verde |
| Outubro | Vermelha Patamar 2 | Verde |
| Novembro | Vermelha Patamar 2 | Amarela |
| Dezembro | Vermelha Patamar 1 | Verde |

7.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Ao longo de 2016 e 2017, o grupo Energisa envidou seus melhores esforços e utilizou-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Neste sentido, as distribuidoras do grupo Energisa em conjunto, estimam ter encerrado o ano de 2017 dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%), enquanto que em 2016 o nível de contratação foi de 110,3%, sendo que apenas a parcela considerada como não involuntária e acima de 105% é considerada como exposição das distribuidoras.

Os valores incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassáveis para as tarifas dos consumidores, foram de R\$25.410 reconhecidos como perdas na demonstração do resultado daquele exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia revisou os níveis da contratação em função de atualização de parâmetros regulatórios e acordos bilaterais retroativos. Por esta razão foi aplicada a reversão integral da provisão de perdas incorridas não repassáveis para as tarifas dos consumidores, reconhecida na demonstração do resultado do exercício no montante de R\$25.410.

Adicionalmente a Companhia calculou os efeitos da sobrecontratação para o exercício de 2017 não identificando valores a serem contabilizados na demonstração do resultado do exercício.

8. Tributos a recuperar

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 38.728 | 38.062 |
| Imposto de Renda - IRPJ | 22.337 | 16.286 |
| Contribuição Social - CSSL | 8.016 | 5.652 |
| PIS e COFINS | 21.685 | 9.252 |
| Outros | 2.536 | 8.206 |
| Total | 93.302 | 77.458 |
| Circulante | 72.252 | 49.125 |
| Não Circulante | 21.050 | 28.333 |

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível e/ou recolhimentos de impostos e contribuições a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

9. Ativos e Passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

| Ativos Financeiros Setoriais | Saldo em 2016 | Receita Operacional | | Resultado financeiro | Transf. | Saldo em 2017 | Valores em Amortização | Valores em Constituição | Circulante | Não Circulante |
|---|---------------|---------------------|-----------------|----------------------|---------------|----------------|------------------------|-------------------------|----------------|----------------|
| | | Adição | Amortização | Remuneração | | | | | | |
| Itens da Parcela A (1) | | | | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 29.474 | 117.618 | (29.474) | 901 | 18.062 | 136.581 | - | 136.581 | 99.780 | 36.801 |
| Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA | 1.175 | - | (909) | (27) | (239) | - | - | - | - | - |
| Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica | 1.030 | (8) | (935) | (13) | - | 74 | 74 | - | 74 | - |
| Transporte de Energia Elétrica - Itaipu | 1.000 | 85 | (905) | 19 | - | 199 | 199 | - | 199 | - |
| Conta Desenvolvimento Energético - CDE | 17.931 | - | (17.931) | - | - | - | - | - | - | - |
| Componentes financeiros | | | | | | | | | | |
| Neutralidade da Parcela A (4) | 14.974 | (2.071) | (10.787) | 194 | 271 | 2.581 | 2.581 | - | 2.581 | - |
| Sobrecontratação de energia (2) | 18.775 | 23.562 | (31.827) | 1.229 | - | 11.739 | 11.739 | - | 11.739 | - |
| CUSD | 316 | 989 | (347) | 18 | - | 976 | 53 | 923 | 728 | 248 |
| Garantias (5) | 569 | 83 | (523) | 27 | - | 156 | 138 | 18 | 151 | 5 |
| Saldo a Compensar (6) | 789 | 2.544 | (2.369) | 497 | 2.475 | 3.936 | 582 | 3.354 | 3.032 | 904 |
| Outros itens financeiros (7) | 12.912 | 19.790 | - | 873 | - | 33.575 | - | 33.575 | 24.528 | 9.047 |
| Total Ativos Financeiros Setoriais | 98.945 | 162.592 | (96.007) | 3.718 | 20.569 | 189.817 | 15.366 | 174.451 | 142.812 | 47.005 |

| Passivos Financeiros Setoriais | Saldo em 2016 | Despesa Operacional | | Resultado financeiro | Transf. | Saldo em 2017 | Valores em Amortização | Valores em Constituição | Circulante | Não Circulante |
|--|-----------------|---------------------|------------------|----------------------|---------------|----------------|------------------------|-------------------------|----------------|----------------|
| | | Adição | Amortização | Remuneração | | | | | | |
| Itens da Parcela A (1) | | | | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA | 20.591 | (23.562) | (11.401) | 514 | 18.063 | 4.205 | 4.205 | - | 4.205 | - |
| Encargos de Serviços de Sistema - ESS (3) | - | 1.022 | (511) | (6) | (239) | 266 | 189 | 77 | 245 | 21 |
| Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica | 43.726 | 94.895 | (34.613) | 4.043 | - | 108.051 | 10.280 | 97.771 | 81.708 | 26.343 |
| Transporte de Energia Elétrica - Itaipu | | 14.366 | - | 722 | - | 15.088 | - | 15.088 | 11.023 | 4.065 |
| Conta Desenvolvimento Energético - CDE | | 552 | - | 82 | - | 634 | - | 634 | 463 | 171 |
| Componetes financeiros | 29.903 | 31.061 | (25.895) | 1.441 | - | 36.510 | 9.551 | 26.959 | 29.246 | 7.264 |
| Neutralidade da Parcela A (4) | - | 10.229 | - | 231 | 271 | 10.731 | - | 10.731 | 7.839 | 2.892 |
| Sobrecontratação de energia (2) | 661 | 4.451 | (661) | 727 | - | 5.178 | - | 5.178 | 3.783 | 1.395 |
| Garantias (5) | 21.199 | 3.538 | (18.361) | 209 | - | 6.585 | 6.585 | - | 6.585 | - |
| Outros itens financeiros (7) | 14.232 | (2.910) | (14.232) | 436 | 2.474 | - | - | - | - | - |
| Devoluções Tarifárias (8) | - | 2.522 | - | 22 | - | 2.544 | - | 2.544 | - | 2.544 |
| Total Passivos Financeiros Setoriais | 130.312 | 136.164 | (105.674) | 8.421 | 20.569 | 189.792 | 30.810 | 158.982 | 145.097 | 44.695 |
| Saldo líquido | (31.367) | 26.428 | 9.667 | (4.703) | - | 25 | (15.444) | 15.469 | (2.285) | 2.310 |

- Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** A distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- Garantias Financeiras:** Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- Outros itens financeiros:** Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.
- Devoluções tarifárias -** Refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP) iniciada a partir de novembro de 2017, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).

10. Outros créditos

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| Subvenção Baixa renda ⁽¹⁾ | 5.973 | 5.344 |
| Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾ | 27.836 | 14.830 |
| Adiantamentos a empregados | 1.880 | 1.212 |
| Adiantamentos a fornecedores | 5.256 | 4.198 |
| Dispêndios a reembolsar | 851 | 579 |
| Ordens de desativações e alienações em curso ⁽³⁾ | 4.722 | 4.385 |
| Ordens de serviços em curso - P&D | 11.765 | 7.726 |
| Ordens de serviços em curso - PEE | 15.231 | 18.149 |
| Ordens de serviços em curso - Outros | 101 | 551 |
| Padrão baixa renda | 3.357 | 3.105 |
| Aplicações vinculadas | 325 | 288 |
| Despesas pagas antecipadamente | 957 | 4.580 |
| Plano de universalização | 836 | 2.089 |
| Banco Daycoval ⁽⁴⁾ | 61.818 | 61.818 |
| (-) Provisão para perdas Daycoval ⁽⁴⁾ | (61.818) | (61.818) |
| Outros créditos a receber | 8.450 | 4.440 |
| Total | 87.540 | 71.476 |
| Circulante | 84.530 | 67.941 |
| Não Circulante | 3.010 | 3.535 |

- (1) **Subvenção Baixa Renda:** Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro/2017. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo

Segue a movimentação ocorridas no exercício:

| | 2017 | 2016 |
|---|--------------|--------------|
| Saldo inicial - 2016 e 2015 | 5.344 | 4.793 |
| Subvenção Baixa Renda | 31.524 | 30.762 |
| Ressarcimento e compensações pela CCEE/Eletrobrás | (30.895) | (30.211) |
| Saldo final - 2017 e 2016 | 5.973 | 5.344 |

- (2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário:** Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo corresponde às subvenções incorridas nos meses de novembro e de dezembro de 2017, cujo ressarcimento será compensado no primeiro trimestre de 2018.

Segue a movimentação ocorridas no exercício:

| | 2017 | 2016 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo inicial - 2016 e 2015 | 14.830 | 31.251 |
| Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural aplicados na tarifa | 136.988 | 99.063 |
| Ressarcimento e compensações pela CCEE/Eletrobrás | (123.982) | (115.484) |
| Saldo final - 2017 e 2016 | 27.836 | 14.830 |

A Companhia desde 02 de setembro de 2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, até dezembro de 2017, foram compensados e ressarcidos R\$123.982 (R\$115.484 em 2016), referente a Subvenção CDE e R\$30.895 (R\$30.211 em 2016), referente Subvenção Baixa Renda.

- (3) Refere-se às desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangível ou realização.
- (4) Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S.A., em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas desta acionista por antecipação, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medida judicial para a recuperação desse valor, que, atualmente, foi remetido à justiça Estadual de São Paulo, perante o Juízo da 21ª Cível (Proc. 0000074-89.2016.8.26.0100 - numeração antiga 0038931-45.2012.8.12.0001). Na

ação inicial houve a arguição de incompetência pelo Daycoval, sendo remetida à Justiça Estadual de São Paulo em razão da decisão do RESP 384782. Em 26/02/2016, com o ingresso da Aneel como assistente da Companhia, houve despacho determinando a remessa dos autos à Justiça Federal de São Paulo. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos e escritório terceirizado, está acompanhando o andamento do processo.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (64,01% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS) (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A), que incorporou em 30 de junho de 2017 as empresas: (Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Parapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB)), Multi Energisa Serviços S.A (Multi Energisa), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, QMRA Participações S/A e Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER) que também possui 35,92% de participação no capital social.

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A (EEVP) (56,89%) que por sua vez é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,97%) e possui participação direta na Rede Energia Participações (9,82%). A Energisa S/A possui participação direta na Rede Energia (29,56%) e na EMT (8,94%).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

| | Serviços contratados (Despesas) | Energia Elétrica comprada para revenda (Custo) | Comissão aval e debêntures - despesas financeiras | Saldo a pagar (fornecedores) | Outras receitas | Saldo a pagar aval debêntures e outras contas a pagar |
|---|---------------------------------|--|---|------------------------------|-----------------|---|
| Energisa S.A. (1, 2 e 3) | 15.820 | - | 3.739 | 1.507 | - | 149.965 |
| Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. (4) | - | 3.946 | - | - | - | - |
| Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (4) | - | 1.983 | - | - | - | - |
| Multi Energisa S.A. (5) | 11.145 | - | - | 43 | - | - |
| Energisa Soluções e Construções e Serviços em Linha e Rede S.A. (6) | 10.923 | - | - | 1.068 | - | - |
| Energisa Soluções S/A (6) | 4.127 | - | - | 219 | - | - |
| Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (7) | 89 | - | - | - | - | - |
| 2017 | 42.104 | 5.929 | 3.739 | 2.837 | - | 149.965 |
| 2016 | 19.595 | 4.671 | - | 2.556 | 98 | - |

- (1) **Energisa S.A. - Serviços Administrativos:** refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL.
- (2) **Energisa S/A - debêntures** - em 31 de outubro de 2017 a Companhia efetuou a 9ª emissão de Debêntures que foi, na sua totalidade, adquirida pela Energisa S.A. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$149.796.
- (3) **Energisa S/A - comissão de aval** - Custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2017 de garantias da controladora Energisa sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017 monta em R\$169.
- (4) **Contratos relacionados ao setor elétrico:** a Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado, CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.
- (5) **Multi Energisa S.A.:** refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (6) **Energisa Soluções e Energisa Construções e Linhas e Redes S.A. - Serviços de Manutenção:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.
- (7) **Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A** - referem-se a serviços realizados de aeroinspeção em linhas e redes.

Remuneração dos administradores

| | 2017 | 2016 |
|--|-------|-------|
| Remuneração Anual ^(a) | 8.022 | 7.092 |
| Remuneração dos membros do conselho de Administração | 543 | 444 |
| Remuneração da Diretoria | 2.800 | 5.415 |
| Outros Benefícios ^(b) | 1.050 | 1.163 |

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2017 foi aprovado na AGE de 28 de Abril de 2017.

(b) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$49 e R\$2 (R\$67 e R\$2 em 2016) respectivamente. A remuneração média no exercício de 2017 foi de R\$17 (R\$16 em 2016).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

| | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|---|----------------|-------------------------|
| Ativo | | |
| Prejuízos fiscais | 1.431 | 19.508 |
| Base negativa da CSLL | - | 3.226 |
| Diferenças temporais: | | |
| Imposto de renda | 106.738 | 114.568 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido | 38.426 | 41.244 |
| Total | 146.595 | 178.546 |
| Passivo | | |
| Diferenças temporais: | | |
| Imposto de renda | 31.119 | 26.047 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido | 11.203 | 9.377 |
| Total | 42.322 | 35.424 |
| Total líquido - ativo não circulante | 104.273 | 143.122 |

As diferenças temporárias são:

| | 2017 | | 2016 (reapresentado) | |
|--|-----------------|----------------|----------------------|----------------|
| | Base de cálculo | IRPJ + CSLL | Base de cálculo | IRPJ + CSLL |
| Prejuízos fiscais | 5.723 | 1.431 | 78.030 | 19.508 |
| Base negativa da CSLL | - | - | 35.847 | 3.226 |
| Amortização do ágio | 107.657 | 36.603 | 118.422 | 40.263 |
| Provisão para riscos | 174.666 | 59.387 | 180.329 | 61.312 |
| Provisão para perdas | 78.659 | 26.744 | 65.343 | 22.217 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD | 47.898 | 16.285 | 47.518 | 16.156 |
| Ajuste a valor presente | 7.262 | 2.469 | 10.994 | 3.738 |
| Outras adições temporárias | 10.742 | 3.653 | 4.148 | 1.410 |
| Ativos e (passivos) financeiros setoriais líquido | - | - | 31.367 | 10.665 |
| Provisão ajuste atuarial - Outros Resultados Abrangentes | 66 | 22 | 143 | 49 |
| Marcação a mercado - empréstimo | (57) | (19) | 6 | 2 |
| Marcação a mercado - derivativo | (4.916) | (1.671) | (1.441) | (490) |
| Parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualização | (119.502) | (40.631) | (102.748) | (34.934) |
| Total - Ativo não Circulante | 308.198 | 104.273 | 467.958 | 143.122 |

A seguir as realizações dos créditos fiscais.

| Exercício | Realização dos créditos fiscais |
|--------------|---------------------------------|
| 2018 | 5.484 |
| 2019 | 6.060 |
| 2020 | 7.277 |
| 2021 | 14.585 |
| 2022 | 15.774 |
| 2023 a 2027 | 97.415 |
| Total | 146.595 |

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

| Alíquota efetiva | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|---|-----------------|----------------------|
| Lucro antes dos impostos | 158.724 | 168.655 |
| Alíquotas fiscais combinadas | 34% | 34% |
| Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais | (53.966) | (57.342) |
| Imposto de renda e contribuição social ⁽¹⁾ | (13.615) | - |
| Incentivos fiscais | 798 | 584 |
| Outras exclusões / (adições) | (4.904) | 3.468 |
| Despesas com imposto de renda e contribuição social | (71.687) | (53.290) |
| Alíquota efetiva | 45,16% | 31,41% |

⁽¹⁾ A Companhia efetuou recálculos das bases tributáveis dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, em decorrência da alteração do critério de tributação do regime de caixa para competência sobre os valores de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA), cujos débitos originados dessas novas apurações foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária denominado PERT, resultando em contabilização dos efeitos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro registrados no exercício.

13. Contas a receber da concessão

A Lei nº 12.783/13 determinou a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

Desde 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR, homologado pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, com a aplicação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET), da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse corrigida pela aplicação do IPCA.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, objetivando melhor adequar as práticas contábeis, a Companhia passou a reconhecer a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base incremental, anteriormente aplicava a variação do IPCA somente sobre a base blindada (última revisão tarifária homologada pela ANEEL), vide nota explicativa 3.3.

A remuneração do contas a receber da concessão VNR foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$16.962 (R\$24.629 em 2016).

Esse direito está classificado como ativo financeiro disponível para venda no ativo não circulante. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro no resultado operacional do exercício.

Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

| | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|--|----------------|-------------------------|
| Ativo financeiro valor justo - 2016 e 2015 | 611.700 | 452.751 |
| Adições no exercício ⁽¹⁾ | 73.781 | 134.511 |
| Baixas no exercício | 2.170 | (191) |
| Receita operacional - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾ | 16.962 | 24.629 |
| Ativo financeiro valor justo - 2017 e 2016 | 704.613 | 611.700 |

(1) Transferência do intangível para o grupo de contas a receber da concessão.

(2) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. No exercício, além da aplicação da variação do IPCA sobre a base blindada, devidamente homologada pela ANEEL conforme Nota Técnica nº 103/2013 - SRE e SRD/ANEEL, que resultou no valor de R\$6.218 (R\$12.528 em 2016), também foi reconhecido R\$10.744 (R\$12.101 em 2016) de atualização da base incremental. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

14. Investimentos

A Companhia mantém ativos não remunerados destinados à locação.

| | 2017 | 2016 |
|---|------------|------------|
| Saldo inicial - 2016 e 2015 | 566 | 610 |
| Depreciação acumulada | (43) | (44) |
| Saldo final - 2017 e 2016 | 523 | 566 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 521 | 564 |
| Terrenos | 2 | 2 |

15. Intangível- contrato de concessão

Refere-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas durante o prazo da concessão.

| | Taxa média de amortização | 2016 | Adição | Baixas (*) | Transferências | Amortização | 2017 |
|---|---------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Intangível em Serviço | | | | | | | |
| Custo: | 4,26% | 2.298.490 | - | (59.249) | 343.442 | - | 2.582.683 |
| Amortização Acumulada | | (1.331.858) | - | 46.836 | (198.216) | (122.029) | (1.605.267) |
| Subtotal | | 966.632 | - | (12.413) | 145.226 | (122.029) | 977.416 |
| Em Curso | | 74.224 | 467.163 | (129.509) | (343.442) | - | 68.436 |
| Total Intangível | | 1.040.856 | 467.163 | (141.922) | (198.216) | (122.029) | 1.045.852 |
| (-) Obrigações vinc. à concessão | | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | | |
| Custo | 3,84% | 479.344 | - | - | 253.315 | - | 732.659 |
| Amortização Acumulada | | (295.397) | - | - | (198.216) | (17.313) | (510.926) |
| Subtotal | | 183.947 | - | - | 55.099 | (17.313) | 221.733 |
| Em Curso | | 58.648 | 254.643 | (55.728) | (253.315) | - | 4.248 |
| Total | | 242.595 | 254.643 | (55.728) | (198.216) | (17.313) | 225.981 |
| Total Intangível | | 798.261 | 212.520 | (86.194) | - | (104.716) | 819.871 |

(*) Das baixas no montante de R\$86.194, R\$73.781 refere-se a transferência do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$12.413 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

"O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$73.781 (R\$134.511 em 2016), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12)".

A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$7.208 (R\$5.951 em 2016).

| INTANGÍVEL | Taxa média de amortização | 2015 | Adição | Baixas (*) | Transferências | Amortização | 2016 |
|---|---------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|------------------|
| Intangível em Serviço | | | | | | | |
| Custo: | 4,30% | 2.195.403 | - | (49.802) | 152.889 | - | 2.298.490 |
| Amortização Acumulada | | (1.249.477) | - | 36.558 | - | (118.939) | (1.331.858) |
| Subtotal | | 945.926 | - | (13.244) | 152.889 | (118.939) | 966.632 |
| Em Curso | | 126.710 | 244.380 | (143.977) | (152.889) | - | 74.224 |
| Total Intangível | | 1.072.636 | 244.380 | (157.221) | - | (118.939) | 1.040.856 |
| (-) Obrigações vinc. à concessão | | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | | |
| Custo | 3,82% | 454.313 | - | - | 25.031 | - | 479.344 |
| Amortização Acumulada | | (258.926) | - | - | - | (36.471) | (295.397) |
| Subtotal | | 195.387 | - | - | 25.031 | (36.471) | 183.947 |
| Em Curso | | 60.914 | 32.231 | (9.466) | (25.031) | - | 58.648 |
| Total | | 256.301 | 32.231 | (9.466) | - | (36.471) | 242.595 |
| Total Intangível | | 816.335 | 212.149 | (147.755) | - | (82.468) | 798.261 |

(*) Das baixas no montante de R\$147.755, R\$134.511 refere-se a transferência do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$13.244 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

"O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$134.511 (R\$96.807 em 2015), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12)".

A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$5.951 (R\$5.112 em 2015).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Contribuição do consumidor ⁽¹⁾ | 663.223 | 415.707 |
| Participação da União | 42.437 | 41.934 |
| Universalização - CDE ⁽²⁾ | 156.243 | 154.252 |
| Universalização - Governo do Estado ⁽²⁾ | 5.948 | 5.949 |
| Participação do Governo do Estado | 29.675 | 29.416 |
| Participação de Governos Municipais | 21.686 | 19.670 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 62.753 | 49.867 |
| (-) Amortização acumulada | (510.926) | (295.396) |
| Total | 471.039 | 421.399 |
| Alocação: | | |
| Contas a receber da concessão | 245.058 | 178.804 |
| Infraestrutura - Intangível em serviço | 221.733 | 183.947 |
| Infraestrutura - Intangível em curso | 4.248 | 8.781 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | - | 49.867 |
| Total | 471.039 | 421.399 |

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em abril de 2013 e, a partir dessa data, os faturamentos da ultrapassagem de demanda e do excedente reativo passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

A Companhia está no processo de revisão do 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de novembro de 2017, são apropriados em passivos financeiros setoriais - devoluções tarifárias conforme determina a Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e o despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016.

Até 31 de dezembro de 2017, o montante contabilizado é de R\$62.753 (R\$49.867 em 2016), transferido para obrigações especiais em serviço passando a ser amortizado a partir de novembro de 2017.

16. Fornecedores

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------|----------------|
| CCEE ⁽¹⁾ | 71.928 | 1.452 |
| Contrato bilateral ⁽²⁾ | 128.091 | 117.013 |
| Uso do sistema de transmissão/distribuição ⁽²⁾ | 3.407 | 2.861 |
| Encargo de serviço do sistema | - | 1.803 |
| Materiais, serviços e outros ⁽³⁾ | 55.190 | 48.052 |
| Total | 258.616 | 171.181 |
| Circulante | 247.166 | 165.449 |
| Não circulante | 11.450 | 5.732 |

1. Incremento do custo de energia no Mercado de Curto Prazo-MCP, principalmente no segundo semestre de 2017, influenciado pelos baixos níveis dos reservatórios no Sistema Interligado Nacional (SIN), devido à diminuição do volume de chuvas. Em consequência, o PLD atingiu valores expressivos, com média de R\$ 308,14/MWh entre submercados em 2017, contra média de 115,71/MWh em 2016, o que corresponde a um aumento de 166% no exercício. Além disso, em 2017 as distribuidoras passaram a arcar com o Risco Hidrológico dos agentes de geração que firmaram o Termo de Repactuação, elevando os montantes a serem pagos à CCEE.

2. Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

3. Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Empréstimos e financiamentos - moeda nacional | 642.812 | 650.065 |
| Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira | 95.460 | 102.487 |
| Encargos de dívidas - moeda nacional | 3.284 | 5.241 |
| Encargos de dívidas - moeda estrangeira | 315 | 186 |
| (-) Custos a amortizar - moeda nacional | (1.091) | (1.373) |
| (-) Custos a amortizar - moeda estrangeira | (988) | - |
| (-) Marcação a mercado de dívidas | (57) | 6 |
| Total | 739.735 | 756.612 |
| Circulante | 37.205 | 136.115 |
| Não Circulante | 702.530 | 620.497 |

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

| Operação | Total | | Encargos Financeiros Anuais | Vencimento | Periodicidade Amortização | Taxa efetiva de juros (5) | Garantias (*) |
|---|----------------|----------------|-----------------------------|------------|---------------------------|---------------------------|---------------|
| | 2017 | 2016 | | | | | |
| FIDC Grupo Energisa IV - 1ª série | 291.414 | 292.084 | TR + 7,00% | out-34 | Mensal | 7,60% | F |
| FIDC Grupo Energisa IV - 2ª série | 220.602 | 221.896 | CDI + 0,70% | mai-31 | Mensal | 10,64% | F |
| Repasse BNDES - Bradesco ⁽¹⁾ | 41.942 | 32.915 | TJLP + 3,96% a 4,26% | nov-21 | Mensal | 11,08% a 11,38% | A |
| Repasse BNDES - Itaú ⁽¹⁾ | 37.013 | 29.034 | TJLP + 3,96% a 4,26% | nov-21 | Mensal | 11,08% a 11,38% | A |
| Repasse BNDES - Bradesco ⁽¹⁾ | 29.287 | 26.736 | SELIC + 4,34% | nov-21 | Mensal | 14,19% | A |
| Repasse BNDES - Itaú ⁽¹⁾ | 25.838 | 23.586 | SELIC + 4,34% | nov-21 | Mensal | 14,19% | A |
| Luz para Todos - Eletrobrás ⁽²⁾ | - | 29.055 | 6,00% a 8,00% (Pré) | mai-22 | Trimestral | 6,00% a 8,00% | A |
| (-) Custo de captação incorrido na contratação | (1.091) | (1.373) | - | - | - | - | - |
| Total em Moeda Nacional | 645.005 | 653.933 | | | | | |
| Resolução 4131-Bank of America I ML | - | 102.673 | 2,00% (Pré) | jun/17 | Final | 3,50% | A |
| Loan Citi - 4131 ⁽³⁾ | 47.898 | - | Libor +1,70% (Pré) | mai/22 | Trimestral | 4,50% | A |
| Loan Citi EDC- 4131 ⁽³⁾ | 47.877 | - | Libor + 1,80% (Pré) | mai/22 | Trimestral | 4,60% | A |
| (-) Custo de captação incorrido na contratação | (988) | - | - | - | - | - | - |
| (-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾ | (57) | 6 | - | - | - | - | - |
| Total em Moeda Estrangeira | 94.730 | 102.679 | | | | | |
| Total EMS | 739.735 | 756.612 | | | | | |

(*) A=Aval Energisa S.A., D= Fiança e F=Recebíveis.

- (1) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$147.123, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2017 foram liberados R\$143.798, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da empresa, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

- (2) A Companhia liquidou antecipadamente seus empréstimos junto a Eletrobrás em junho/2017.

- (3) Os contratos junto ao Loan Citibank possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos. (vide nota explicativa nº 30)
- (4) Em 31 de dezembro de 2017, estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option". (vide nota explicativa nº 30)
- (5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os contratos com o BNDES e com Loan Citibank possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. O descumprimento destes índices financeiros pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 30). Em 31 de dezembro 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$36.503 (R\$32.468 em 2016), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

| Moeda/indicadores | 2017 | 2016 |
|-------------------|-------|---------|
| US\$ x R\$ | 1,50% | -16,54% |
| TJLP | 7,12% | 7,50% |
| SELIC | 9,85% | 14,02% |
| CDI | 9,94% | 14,00% |
| IPCA | 2,95% | 6,29% |
| LIBOR | 1,30% | 0,67% |
| TR | 0,60% | 2,01% |

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

| | 2017 |
|--------------|----------------|
| 2019 | 33.629 |
| 2020 | 33.629 |
| 2021 | 91.302 |
| 2022 | 69.538 |
| Após 2022 | 474.432 |
| Total | 702.530 |

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------|----------------|
| Saldo inicial - 2016 e 2015 | 756.612 | 617.821 |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos | 128.924 | 223.808 |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | 69.392 | 36.327 |
| Custos apropriados | (1.118) | 266 |
| Marcação a Mercado das Dívidas | (63) | 3.665 |
| Pagamento de principal | (154.829) | (65.890) |
| Pagamento de juros | (59.183) | (59.385) |
| Saldo final - 2017 e 2016 | 739.735 | 756.612 |
| Circulante | 37.205 | 136.115 |
| Não circulante | 702.530 | 620.497 |

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

| Contratos | 2018 | 2019 | 2020 em diante | Total |
|------------------------|------------|------------|----------------|--------------|
| Banco Itaú BBA - BNDES | 269 | 282 | 540 | 1.091 |
| Loan Citibank | 201 | 201 | 487 | 889 |
| Banco Citibank - EDC | 22 | 22 | 55 | 99 |
| Total | 492 | 505 | 1.082 | 2.079 |

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionados, são:

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Debêntures - moeda nacional | 455.996 | 353.240 |
| (-) Custos de captação incorridos na emissão | (2.218) | (1.601) |
| Total | 453.778 | 351.639 |
| Circulante | 7.437 | 79.518 |
| Não Circulante | 446.341 | 272.121 |

| Operações | Total | | Emissão | Nº de Títulos Emitidos / circulação | Rendimentos | Vencimento | Amortização | Taxa efetiva de juros |
|--|----------------|----------------|------------|-------------------------------------|--------------------|------------|----------------------|-----------------------|
| | 2017 | 2016 | | | | | | |
| 7ª Emissão | - | 353.240 | 31/05/2014 | 40.000 / 40.000 | CDI + 2,28% a.a | mai/21 | Semestral | 12,22% |
| 8ª Emissão | 306.200 | - | 22/09/2017 | 30.000 / 30.000 | 107,50% CDI | set/22 | Anual | 10,69% |
| 9ª Emissão 1ª Série | 10.905 | - | 31/10/2017 | 7.126 / 7.126 | IPCA +4,4885% | out/22 | Final | 7,44% |
| 9ª Emissão 2ª Série | 2.033 | - | 31/10/2017 | 1.328 / 1.328 | IPCA +4,7110% | out/24 | Final | 7,66% |
| 9ª Emissão 3ª Série | 3.786 | - | 31/10/2017 | 2.472 / 2.472 | IPCA +5,1074% | out/27 | Final | 8,06% |
| 9ª Emissão 4ª Série | 133.072 | - | 31/10/2017 | 87.074 / 87.074 | 107,75% do CDI | out/22 | Anual após out/20 | 10,71% |
| (-) Custo de captação incorrido na emissão | (2.218) | (1.601) | - | - | - | - | - | - |
| Total | 453.778 | 351.639 | | | | | | |

Em 22 de setembro de 2017 a EMS fez a 8ª emissão de Debêntures com vencimento em 15/09/2022 e remuneração de 107,5% do CDI. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado é de R\$306.200

Em 09 de outubro de 2017, a Companhia efetuou a compra de 40.000 debêntures de sua emissão mantidas em tesouraria, canceladas em dezembro de 2017, referente ao saldo em circulação da 7ª Emissão 1ª Serie no valor de R\$295.058 que inclui juros de R\$1.351.

Em 31 de outubro de 2017 a EMS fez a 9ª emissão de Debêntures de 1ª série incentivada com vencimento em 15/10/2022 e remuneração de IPCA mais 4,4885% ao ano, 2ª série com vencimento em 15/10/2024 e remuneração de IPCA mais 4,7110% ao ano, 3ª série com vencimento em 15/10/2027 e remuneração de IPCA mais 5,1074% ao ano e 4ª série com vencimento em 15/10/2022 e remuneração de 107,75% CDI. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado é de R\$149.796 A totalidade da emissão das debêntures foram integralmente adquiridas pela controladora Energisa.

Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. O descumprimento destes índices financeiros pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 30).

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

| | 2017 |
|--------------|----------------|
| 2020 | 154.039 |
| 2021 | 143.522 |
| 2022 | 143.570 |
| Após 2022 | 5.210 |
| Total | 446.341 |

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo inicial - 2016 e 2015 | 351.639 | 403.053 |
| Novas emissões | 448.000 | - |
| Recompra de debêntures | (293.707) | - |
| Encargos de dívidas - juros e variação monetária | 41.477 | 60.970 |
| Custos apropriados | (2.310) | 788 |
| Pagamento de principal | (60.120) | (46.760) |
| Pagamento de juros | (31.201) | (66.412) |
| Saldo final - 2017 e 2016 | 453.778 | 351.639 |
| Circulante | 7.437 | 79.518 |
| Não circulante | 446.341 | 272.121 |

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

| Contratos | 2018 | 2019 | 2020 em diante | Total |
|-----------------------|------------|------------|----------------|--------------|
| Debêntures 8ª Emissão | 194 | 194 | 535 | 923 |
| Debêntures 9ª Emissão | 263 | 117 | 915 | 1.295 |
| Total | 457 | 311 | 1.450 | 2.218 |

19. Impostos e contribuições sociais

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| Imposto s/circulação de mercadorias e serviços - ICMS | 45.299 | 43.379 |
| Encargos sociais | 1.336 | 2.868 |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ | 10.982 | 17.392 |
| Contribuição social s/o lucro líquido - CSLL | 4.999 | 6.422 |
| Contribuição ao PIS e a COFINS | 15.383 | 12.396 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 260 | 273 |
| ISS | 679 | 819 |
| Outros | 2.750 | 8.569 |
| Total | 81.688 | 92.118 |
| Circulante | 66.943 | 71.691 |
| Não circulante | 14.745 | 20.427 |

Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Lei nº 13.496/2017 (MP 783/2017), com pagamento em 5 parcelas iguais e sucessivas, correspondente a 5% do saldo devedor, corrigidos pela variação da Selic e optou por liquidar o saldo remanescente do débito no montante de R\$8.876 com a utilização de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social próprios. A adesão ao programa gerou redução de multas e juros de R\$2.547, registrado na rubrica de "Outras receitas financeiras" na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia deve manter os pagamentos regular dos impostos, contribuições e demais obrigações para garantir as condições do programa. A consolidação dos débitos será realizada pela Receita Federal do Brasil em até cinco anos.

Segue demonstração dos valores incluídos no programa:

| | Principal | Multas | Juros | Débito Atualizado em 2017 |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|
| INSS | 592 | 118 | 127 | 837 |
| PIS e COFINS | 3.787 | 757 | 803 | 5.347 |
| IRPJ e CSLL | 4.282 | 856 | 702 | 5.840 |
| Total | 8.661 | 1.731 | 1.632 | 12.024 |

| | Principal |
|--|-----------------|
| Valor do débito | 8.661 |
| Atualização (juros + multas) | 3.363 |
| Total | 12.024 |
| Liquidação | |
| Pagamento a vista (antecipações) - 5% | (601) |
| Redução de multas e juros (outras receitas financeiras) | (2.547) |
| Valor utilizado de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL - Próprios | (8.876) |
| Total | (12.024) |

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

| | Trabalhistas | Cíveis | Fiscais | Regulatórias | 2017 | 2016 |
|------------------------------------|----------------|---------------|------------|--------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial - 2016 e 2015 | 137.835 | 38.203 | 132 | 4.159 | 180.329 | 206.239 |
| Constituições de provisões | 65.408 | 18.038 | | 18 | 83.464 | 52.425 |
| Reversões de provisões | (30.935) | (11.695) | (73) | - | (42.703) | (66.988) |
| Pagamentos realizados | (36.158) | (14.477) | (1) | - | (50.636) | (26.141) |
| Atualização monetária | 3.200 | 810 | 85 | 117 | 4.212 | 14.794 |
| Saldo final - 2017 e 2016 | 139.350 | 30.879 | 143 | 4.294 | 174.666 | 180.329 |
| Cauções e depósitos vinculados (*) | | | | | 55.216 | 49.671 |

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$84.016 (R\$69.401 em 2016). Desse total, R\$28.800 (R\$19.730 em 2016) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto a periodicidade das promoções dos funcionários (NP/212), indenização por tempo de serviço (ACT/90) e subsidiariedade/solidariedade.

No exercício, foram constituídas cerca de R\$65.408 de aumento de provisões, em face da entrada de novos processos, alteração de provisão/adequação ao risco financeiro, entretanto, a Companhia realizou liquidações de processos com pagamentos da ordem de R\$36.158 e reverteu provisões de R\$30.935.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais, reclamações de consumidores envolvendo débitos de energia.

No exercício, foram constituídas cerca de R\$18.038 de aumento de provisões, em face da entrada de novos processos, alteração de provisão/adequação ao risco financeiro, entretanto a Companhia realizou liquidações de processos com pagamentos da ordem de R\$14.477, e reverteu provisões de R\$11.695.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária referem-se basicamente a quatro processos, dos quais dois discutem execução de multa do PROCON, um discute execução de ISS e um discute exigibilidade da contribuição INCRA.

Regulatórias

No exercício, foram constituídas R\$18 de aumento de provisão em face da alteração de provisão/adequação ao risco financeiro

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento em um montante total de R\$420.136 (R\$501.584 em 2016), cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

A redução de R\$81.448, registrada no exercício, refere-se principalmente a movimentação ocorrida no processo cível "ação civil pública" 00446886420058120001, para o qual houve uma redução de R\$70.055.

Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$42.680 (R\$31.024 em 2016), têm como objetos principais o pleito de responsabilidade subsidiária/solidária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

O aumento de R\$11.656, registrado no exercício, está diretamente vinculado ao recebimento de 278 novas ações, associados a atualização monetária da base de ativos.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$283.175 (R\$372.256 em 2016), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) indenizações por danos materiais e morais decorrentes de cobrança por irregularidades nos aparelhos de medição e (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor.

A redução de R\$89.081, registrada no exercício, refere-se principalmente a movimentação de redução ocorrida na ação civil pública 00446886420058120001, que saiu de R\$79.026 em 2016 para R\$977 em 2017.

Principais processos:

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$162.739 (R\$159.077 em 2016), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$60.955 (R\$59.583 em 2016), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

. Ação cível pública 00446886420058120001, no montante de R\$977 (R\$79.026 em 2016), por meio da qual o Ministério Público Estadual, requer que a Companhia seja impedida, em caso de furto de energia, de cobrar o débito retroativo apurado e interromper o fornecimento de energia, bem como a ser condenada a devolver em dobro os valores cobrados com base no procedimento combatido. A redução ocorrida no exercício foi realizada em face da posição dos consultores jurídicos.

Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$94.281 (R\$92.690 em 2016), envolvendo discussões sobre: 1) suspensão da exigibilidade do IRPJ e da CSLL sobre juros moratórios de pagamentos recebidos pela impetrante, bem como, sobre contas de energia elétrica pagas em atraso e sobre depósitos judiciais à disposição da Justiça Federal; e 2) a Receita Federal entende que o ressarcimento aos consumidores referente ao 1º ciclo da Revisão Tarifária com base na Notificação da ANEEL nº 119/2007 não tem como ser considerado, custos, despesas e nem tampouco encargo com capacidade de gerar créditos a serem descontados da base tributável de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o faturamento. O aumento de R\$1.591, registrada no exercício, refere-se a atualização monetária da base de processos ativos.

Principal processo:

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$65.786 (R\$60.506 em 2016), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

Regulatória

Processo regulatório encerrado em 2017 com o cancelamento da multa (R\$5.614 em 2016), onde se discutia administrativamente questões sobre descumprimento de preceito regulatório/envio de dados na fiscalização BRR 3º ciclo RTP.

21. Encargos setoriais e incorporação de redes

21.1. Taxas Regulamentares

| | 2017 | 2016 |
|--|---------------|---------------|
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾ | 19.602 | 23.186 |
| Taxa de fiscalização - ANEEL | 250 | 244 |
| Encargo Capacidade Emergencial - ECE | 111 | 232 |
| Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE | 4 | 4 |
| Total - Circulante | 19.967 | 23.666 |

(1) A Resolução Homologatória nº 2.077 da ANEEL, de 07 de junho de 2016, homologa as quotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2016 e a Resolução Homologatória nº 2.204 de 07 de março de 2017, que altera a Resolução Homologatória nº 2.202 de 07 de fevereiro de 2017, homologa as quotas da CDE para o ano de 2017.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - refere-se a: (i) cota anual do exercício 2017 no montante de R\$10.770 (R\$12.533 em 2016); ii) cota destinada a devolução do aporte de CDE no montante de R\$2.101 (R\$2.012 em 2016) iii) cota destinada a devolução do aporte da conta no Ambiente de Contratação Regulada ("Conta ACR") no montante de R\$ 6.731 (R\$ 8.765 em 2016).

A Companhia, desde 02 de setembro de 2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, até dezembro de 2017, foram compensados R\$214.767 (R\$90.785 em 2016) referente a subvenção CDE e R\$53.221 (R\$22.326 em 2016) referente subvenção baixa renda.

21.2. Obrigação do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado ao Programa de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016.

Segue demonstrativo das contribuições:

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT | 761 | 639 |
| Ministério de Minas e Energia - MME | 381 | 320 |
| Programa Nacional de Cons. de Energia Elétrica - PROCEL | 1.378 | 1.170 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | 26.938 | 21.753 |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | 20.733 | 26.065 |
| Total | 50.191 | 49.947 |
| Circulante | 42.112 | 43.865 |
| Não circulante | 8.079 | 6.082 |

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 504 de 14 de agosto de 2012 e a Resolução Normativa nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do P&D e PEE, respectivamente. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível tem como contrapartida Obrigações Especiais.

21.3. Incorporação de Redes Particulares

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, nº 229/2006, nº 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, nº 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Saldo inicial - 2016 e 2015 | 12.636 | 24.369 |
| Adição | 3.610 | - |
| Atualização monetária e juros (1) | (357) | (7.742) |
| Baixas - pagamentos | (4.020) | (3.991) |
| Saldo final - 2017 e 2016 | 11.869 | 12.636 |

Em 2016, a Companhia obteve aprovação da AGEPAN - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul dos cálculos referente a atualização monetária dos valores a pagar de incorporação de redes da Resolução ANEEL nº 223/2003, em face da nova metodologia, efetuou o refazimento dos cálculos que resultou no ajuste da atualização monetária no exercício de R\$12.379, registrado na demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras

22. Outros Passivos

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Credores diversos - consumidores | 10.103 | 8.428 |
| Subvenção CDE - Bandeiras Tarifárias | - | 1.276 |
| Arrecadação de terceiros a repassar | 1.483 | 2.230 |
| Outras contas a pagar | 195 | 323 |
| Total | 11.781 | 12.257 |
| Circulante | 11.586 | 11.934 |
| Não circulante | 195 | 323 |

23. Patrimônio Líquido

23.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$616.732 (R\$616.732 em 2016) e está representado por 647.015 ações ordinárias (647.015 em 2016), todas nominativas sem valor nominal.

23.2. Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída pela incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S.A., representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99.

23.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

23.4. Reserva de lucros - reserva retenção de lucros

Em 2014, a Companhia destinou R\$2.330 do lucro líquido para reserva de retenção de lucros, que foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

23.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

A ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013 aprovou o Plano de Recuperação da Companhia tendo, dentre outros, estabelecido a limitação da distribuição de dividendos acima do limite obrigatório exigidos pela legislação a uma relação entre a dívida e o lucro de no máximo de 3,5 vezes.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

| | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|--|---------------|-------------------------|
| Lucro líquido do exercício | 87.037 | 115.365 |
| Ajuste lucros acumulados (reapresentado) | 17.093 | (7.987) |
| Reserva legal (5%) | (5.207) | (5.369) |
| Lucro líquido ajustado | 98.923 | 102.009 |
| Dividendos obrigatórios (25%) | 24.731 | 25.502 |
| Dividendos antecipados pagos: | | |
| - Em 09/08/2017 R\$47,79 (R\$30,11 em 2016) por ação ⁽¹⁾ | 30.921 | 19.484 |
| - Em 20/12/2017 R\$32,47 (R\$10,62 em 2016) por ação ⁽²⁾ | 21.009 | 6.870 |
| Dividendos adicionais propostos R\$72,63 (R\$116,93 por ação) ⁽³⁾ | 46.993 | 75.655 |
| | 98.923 | 102.009 |
| % sobre o lucro líquido ajustado | 100,00% | 100,00% |

- (1) O Conselho de Administração aprovou em 09 de agosto de 2017, a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 30 de junho de 2017, no montante de R\$30.921, equivalentes a R\$47,79 por ação ordinária do capital social, pago em 31 de agosto de 2017. Em 2016, R\$19.484 (R\$30,11 por ação ordinária), pagos em 11 de julho de 2016;
- (2) O Conselho de Administração aprovou em 20 de dezembro de 2017, a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 30 de setembro de 2017, no montante de R\$21.009 (R\$32,47 por ação ordinária), pagos em 28 de dezembro de 2017. Em 2016, R\$6.870 (R\$10,62 por ação ordinária), pagos em 15 de agosto de 2016; e
- (3) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido de acordo com as normas do ICPC- 08 e serão pagos em data a ser definida em RCA.

23.6. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

| | 2017 | 2016 |
|--|--------------|--------------|
| Saldo inicial - 2016 e 2015 | (282) | (59) |
| Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados | (24) | (338) |
| Tributo sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados | 8 | 115 |
| Saldo final - 2017 e 2016 | (298) | (282) |

24. Receita operacional

| Receita Bruta | 2017 | | | 2016 (reapresentado) | | |
|---|--|------------------|------------------|--|------------------|------------------|
| | Fora do escopo dos auditores independentes | | R\$ | Fora do escopo dos auditores independentes | | R\$ |
| | Nº de consumidores | MWh | | Nº de consumidores | MWh | |
| Residencial | 825.414 | 1.792.572 | 1.178.850 | 802.982 | 1.693.275 | 1.093.271 |
| Industrial | 8.126 | 324.230 | 236.011 | 8.180 | 452.179 | 289.986 |
| Comercial | 79.778 | 1.040.878 | 680.491 | 78.326 | 1.037.711 | 662.502 |
| Rural | 89.434 | 530.017 | 270.628 | 88.384 | 487.485 | 244.152 |
| Poder público | 8.736 | 247.979 | 155.297 | 8.705 | 221.721 | 137.203 |
| Iluminação pública | 2.560 | 231.982 | 84.235 | 2.525 | 232.700 | 81.952 |
| Serviço público | 1.272 | 145.708 | 73.382 | 1.259 | 184.787 | 84.297 |
| Consumo próprio | 207 | 6.896 | - | 195 | 6.468 | - |
| Subtotal | 1.015.527 | 4.320.262 | 2.678.894 | 990.556 | 4.316.326 | 2.593.363 |
| Suprimento | - | 242.477 | 44.668 | - | 814.783 | 88.210 |
| Fornecimento não faturado líquido | - | (3.987) | 371 | - | (16.760) | (5.069) |
| Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição | 139 | - | 127.351 | 59 | - | 101.453 |
| Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾ | - | - | 222.339 | - | - | 226.507 |
| Outras receitas operacionais | - | - | 20.166 | - | - | 18.092 |
| Valor justo ativo indenizável | - | - | 16.962 | - | - | 24.629 |
| (-) Ultrapassagem demanda ⁽²⁾ | - | - | (5.468) | - | - | (5.295) |
| (-) Excedente de reativos ⁽²⁾ | - | - | (9.940) | - | - | (9.063) |
| Constituição e amortização - CVA ativa e passiva ⁽³⁾ | - | - | 38.617 | - | - | (136.683) |
| Subvenções vinculadas ao serviço concedido | - | - | 168.512 | - | - | 129.825 |
| Total - receita operacional bruta | 1.015.666 | 4.558.752 | 3.302.472 | 990.615 | 5.114.349 | 3.025.969 |
| Deduções da receita operacional | | | | | | |
| ICMS | - | - | 515.080 | - | - | 491.192 |
| PIS | - | - | 50.446 | - | - | 44.767 |
| COFINS | - | - | 232.361 | - | - | 206.201 |
| ISS | - | - | 5 | - | - | 7 |
| Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT ⁽⁴⁾ | - | - | 7.984 | - | - | 2.211 |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | 9.976 | - | - | 8.623 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | 239.168 | - | - | 285.809 |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | - | - | 9.976 | - | - | 8.623 |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | - | - | 2.984 | - | - | 2.861 |
| Total - deduções receita operacional | - | - | 1.067.980 | - | - | 1.050.294 |
| Total - receita operacional líquida | 1.015.666 | 4.558.752 | 2.234.492 | 990.615 | 5.114.349 | 1.975.675 |

- (1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) A Companhia está no processo de revisão do 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente até outubro/2017, R\$12.886, foram apropriados em obrigações especiais. A partir de novembro de 2017 R\$2.522, passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais - devoluções tarifárias conforme determina o despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016 (vide nota explicativa nº 9).
- (3) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado dos exercícios de 2017 e de acordo com o OCPC 08.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das receitas adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram de R\$87.631 (R\$50.335 em 2016), tendo sido repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, o

montante de R\$7.984 (R\$2.211 em 2016). Dessa forma, o efeito líquido das Bandeiras Tarifárias no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$79.647 (R\$48.124 em 2016)

Para os meses de janeiro a novembro de 2017 e exercício de 2016, a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

| Meses | Despacho | 2017 | 2016 |
|--------------|--|--------------|--------------|
| Janeiro | Nº 592 de 02 de março de 2017 (Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016) | (38) | 4 |
| Fevereiro | Nº 899 de 30 de março de 2017 (Nº 797 de 30 de março de 2016) | (23) | 9 |
| Março | Nº 1.237 de 05 de maio de 2017 (Nº 1.061 de 02 de maio de 2016) | 3.290 | - |
| Abril | Nº 1.492 de 30 de maio de 2017 (Nº 1.431 de 31 de maio de 2016) | 7.280 | - |
| Maio | Nº 1.944 de 04 de julho de 2017 (Nº 1.734 de 29 de julho de 2016) | 2.602 | 53 |
| Junho | Nº 2.330 de 01 de agosto de 2017 (Nº 2.045 de 29 de julho de 2016) | 2.566 | 42 |
| Julho | Nº 2.742 de 30 de agosto de 2017 (Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016) | (455) | 10 |
| Agosto | Nº 3.365 de 02 de outubro de 2017 (Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016) | 312 | 16 |
| Setembro | Nº 3.711 de 01 de novembro de 2017 (Nº 2.882 de 01 de novembro de 2016) | (2.893) | 14 |
| Outubro | Nº 4.068 de 04 de dezembro de 2017 (Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016) | (1.637) | 11 |
| Novembro | Nº 2 de 02 de janeiro de 2018 (Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016) | (2.767) | 776 |
| Dezembro | 2017 foram estimados, enquanto aqueles de dezembro de 2016 foram homologados pelo 2º janeiro de 2017. | (253) | 1.276 |
| Total | | 7.984 | 2.211 |

25. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

| | CUSTO DO SERVIÇO | | | DESPESAS OPERACIONAIS | TOTAL | |
|---|----------------------|----------------|----------------------|--------------------------|------------------|------------------|
| | COM ENERGIA ELÉTRICA | DE OPERAÇÃO | PRESTADO A TERCEIROS | GERAIS E ADMINISTRATIVAS | 2017 | 2016 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 1.138.824 | - | - | - | 1.138.824 | 935.147 |
| Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição | 126.910 | - | - | - | 126.910 | 137.318 |
| Pessoal e administradores | - | 110.009 | 5 | 77.006 | 187.020 | 163.459 |
| Entidade de previdência privada | - | 3.119 | - | 2.000 | 5.119 | 4.205 |
| Material | - | 18.668 | 53 | 6.401 | 25.122 | 22.606 |
| Serviços de terceiros | - | 64.921 | 102 | 103.609 | 168.632 | 131.919 |
| Depreciação e amortização | - | 81.073 | - | 16.478 | 97.551 | 76.561 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | 20.912 | - | - | 20.912 | 34.220 |
| Reversão de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | - | - | - | (9.875) | (9.875) | (40.704) |
| Custo de construção da infra estrutura | - | - | 222.339 | - | 222.339 | 226.507 |
| Outros | - | (3.897) | - | 35.322 | 31.425 | 34.709 |
| Total | 1.265.734 | 294.805 | 222.499 | 230.941 | 2.013.979 | 1.725.947 |

Energia elétrica comprada para revenda:

| | MWH (**) | | R\$ | |
|---|------------------|------------------|------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Energia de Itaipú - Binacional | 907.311 | 862.137 | 236.575 | 166.058 |
| Energia de Leilão | 2.323.250 | 2.776.545 | 573.648 | 521.221 |
| Energia Bilateral | 315.362 | 441.014 | 66.264 | 85.103 |
| Cotas de Angra - Resolução Normativa nº 530/2012 | 164.604 | 165.055 | 36.997 | 33.268 |
| Energia de curto prazo - CCEE (*) | 175.227 | 29.578 | 105.866 | 79.338 |
| Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória nº 1.410/2013 | 1.434.709 | 1.583.900 | 186.459 | 99.015 |
| Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA | 105.836 | 111.666 | 36.438 | 39.559 |
| (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo | - | - | (103.423) | (88.415) |
| Total | 5.426.299 | 5.969.895 | 1.138.824 | 935.147 |

(*) Inclui, demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu.

(**) Informações estão fora do escopo dos auditores independentes

26. Outros resultados

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|
| Outras receitas: | | |
| Ganhos na alienação/desativação | 968 | 1.692 |
| | <u>968</u> | <u>1.692</u> |
| Outras despesas: | | |
| Perdas na alienação/desativação | (23.314) | (15.340) |
| Outros | 1.809 | (1.536) |
| | <u>(21.505)</u> | <u>(16.876)</u> |
| Total | (20.537) | (15.184) |

27. Receitas e despesas financeiras

| | 2017 | 2016 |
|--|------------------|------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Receita de aplicações financeiras | 30.415 | 52.482 |
| Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida | 41.400 | 42.104 |
| Varição monetária e cambial | 2.743 | 5.792 |
| Juros ativos | 18.513 | 6.382 |
| Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais | 3.718 | 10.166 |
| Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS | (5.027) | (5.173) |
| Outras | 17.714 | 10.019 |
| Total das receitas financeiras | 109.476 | 121.772 |
| Despesas financeiras | | |
| Encargos de dívidas - juros | (105.417) | (122.959) |
| Encargos de dívidas - Variação monetária e cambial | (6.813) | 24.608 |
| Marcação a mercado da dívida | 63 | (3.665) |
| Marcação a mercado de derivativos | (103) | 4.175 |
| Instrumentos financeiros derivativos | (1.752) | (47.947) |
| Atualização PEE e P&D | (1.905) | (3.194) |
| Despesas com IOF | (846) | (416) |
| Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais | (8.421) | (15.862) |
| Juros e atualização monetária de incorporação de redes | (357) | 7.742 |
| Juros e Multas | (10.683) | (10.339) |
| Varição monetária energia comprada | (2.586) | (3.050) |
| Atualização monetária de provisão para riscos | (4.212) | (14.794) |
| Transferência para ordens em curso | 1.116 | 3.680 |
| Outras | (8.812) | (5.640) |
| Total despesa financeira | (150.728) | (187.661) |
| Despesas financeiras líquidas | (41.252) | (65.889) |

28. Lucro por ação

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

| | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|--|---------------|-------------------------|
| Numerador | | |
| Lucro líquido do exercício | 87.037 | 115.365 |
| Denominador (em milhares de ações) | | |
| Média ponderada de número de ações ordinárias | 647.015 | 641.948 |
| Resultado básico por ação ordinária (*) | 134,52 | 179,71 |

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor

29. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, estão fora do escopo dos auditores independentes.

(*) Importância Segurada relativa ao mês de DEZ/2017 e prêmio anualizado
As principais coberturas são:

| Ramos | Data de Vencimento | Importância Segurada | Prêmio Anual | |
|--|--------------------|----------------------|--------------|--------------|
| | | | 2017 | 2016 |
| Riscos Operacionais | 07/11/2018 | 63.000 | 556 | 496 |
| Responsabilidade Civil Geral | 23/11/2018 | 50.600 | 376 | 426 |
| Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros | 23/10/2018 | Até 360/veículos | 168 | 177 |
| Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*) | 31/12/2018 | 122.825 | 352 | 305 |
| Transporte Nacional | 30/01/2018 | Até 2.000/transporte | 23 | 26 |
| Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O) | 26/11/2018 | 50.000 | 46 | 68 |
| | | | 1.521 | 1.498 |

(*) Importância Segurada relativa ao mês de DEZ/2017 e prêmio anualizado

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$12.259 (R\$18.933 em 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 2017 e 2016 estão identificadas a seguir:

| ATIVO | Nível | 2017 | | 2016 (reapresentado) | |
|--|-------|----------|-------------|-------------------------|-------------|
| | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 | 52.816 | 52.816 | 85.961 | 85.961 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 2 | 258.346 | 258.346 | 294.926 | 294.926 |
| Consumidores e concessionárias | 2 | 439.914 | 439.914 | 412.499 | 412.499 |
| Conta a receber da concessão | 3 | 704.613 | 704.613 | 611.700 | 611.700 |
| Ativos financeiros setoriais | 3 | 189.817 | 189.817 | 98.945 | 98.945 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | 8.563 | 8.563 | 1.441 | 1.441 |

| PASSIVO | Nível | 2017 | | 2016 | |
|--|-------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Fornecedores | 2 | 258.616 | 258.616 | 171.181 | 171.181 |
| Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures | 2 | 1.193.513 | 1.197.478 | 1.108.251 | 1.113.239 |
| Passivos financeiros setoriais | 3 | 189.792 | 189.792 | 130.312 | 130.312 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | 3.647 | 3.647 | - | - |
| Incorporação de redes | 2 | 11.869 | 11.869 | 12.636 | 12.636 |

Não derivativos - classificação e mensuração

a) Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber e outros créditos. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

b) Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Fundos de Investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

d) Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo a 7ª emissão de debêntures da Companhia.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer

tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 31 de dezembro de 2017 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$6 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Em out/2017, a Companhia realizou a captação de R\$148 milhões através da emissão de debêntures e efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação de juros pré-fixado para pós-fixados em CDI.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no terceiro trimestre de 2015, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de novembro de 2015, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$57 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria

tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

| | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|--|------------------|-------------------------|
| Dívida ⁽¹⁾ | 1.193.513 | 1.108.251 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (52.816) | (85.961) |
| Dívida líquida | 1.140.697 | 1.022.290 |
| Patrimônio líquido ⁽²⁾ | 816.448 | 857.012 |
| Índice de endividamento líquido | 1,40 | 1,19 |

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

| | Taxa média de juros efetiva ponderada (%) | Até 6 meses | 6 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| Fornecedores | | 247.166 | - | - | - | 11.450 | 258.616 |
| Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures | 8,09% | 62.755 | 75.095 | 391.980 | 588.797 | 764.434 | 1.883.061 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | | (1.800) | (1.847) | (10.190) | 17.889 | 864 | 4.917 |
| Total | | 308.121 | 73.248 | 381.790 | 606.686 | 776.748 | 2.146.594 |

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes

inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

| | Nota | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|--|------|---------|-------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.1 | 52.816 | 85.961 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 5.2 | 258.346 | 294.926 |
| Consumidores e concessionárias | 6 | 439.914 | 412.499 |
| Contas a receber da concessão | 9 | 704.613 | 611.700 |
| Ativos financeiros setoriais | 13 | 189.817 | 98.945 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 30 | 8.563 | 1.441 |

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis as variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com alta de 1,50% sobre 31 de dezembro de 2016, cotado a R\$3,3080/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%, enquanto em 31 de dezembro de 2016 era de 14,40%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2017, de R\$1.197.809 (R\$1.111.225 em 2016), R\$95.718 (R\$102.673 em 2016) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 17. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em maio de 2022) e custo máximo de 1,80% ao ano mais variação cambial.

No balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta no ativo circulante (R\$1.441 em 2016), R\$8.563 no ativo não circulante, R\$3.647 no passivo circulante, a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer à reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida no instrumento descritos a seguir:

| Operação | Notional (USD) | Custo financeiros (% a.a.) | | Vencimento | Designação |
|---------------------------|----------------|--------------------------------|---------------|------------|-------------------|
| | | Ponta ativa | Ponta passiva | | |
| Resolução 4131 - Citibank | 14.429 | VC + (Libor + 1,70%) x 117,65% | CDI + 1,55% | 26/05/2022 | Fair Value Option |
| Resolução 4131 - Citibank | 14.429 | VC + (Libor + 1,80%) | CDI + 1,55% | 26/05/2022 | Fair Value Option |

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

| Operação | Notional (BRL) | Custo Financeiro (% a.a.) | | Vencimento | Designação |
|-----------------|----------------|---------------------------|---------------|------------|------------------|
| | | Ponta Ativa | Ponta Passiva | | |
| JP Morgan X EMS | 10.762 | IPCA + 4,49% | 100,90% CDI | 17/10/2022 | Fair Value Hedge |
| JP Morgan X EMS | 2.006 | IPCA + 4,71% | 101,60% CDI | 15/10/2024 | Fair Value Hedge |
| JP Morgan X EMS | 3.733 | IPCA + 5,11% | 103,50% CDI | 15/10/2027 | Fair Value Hedge |

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2017:

| Fair Value Option | Valor de referência | | Descrição | Valor justo |
|---|---------------------|---|---------------------------------|-------------|
| | 2017 | | | 2017 |
| Dívida designada para "Fair Value Option" | 90.000 | - | Moeda Estrangeira - USD e LIBOR | (95.718) |
| | | | Posição Ativa | |
| | | | Moeda Estrangeira - USD e LIBOR | 95.718 |
| Swap Cambial (Derivativo) | 90.000 | - | Posição Passiva | |
| | | | Taxa de Juros CDI | (90.690) |
| | | | Posição Líquida Swap | 5.028 |
| | | | Posição Líquida Dívida + Swap | (90.690) |

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

| Fair Value Hedge | Valor de referência | | Descrição | Valor justo |
|-------------------------------------|---------------------|--|---------------------------------|-------------|
| | 2016 | | | 2016 |
| Dívida (Objeto de Hedge) * | 100.000 | | Moeda Estrangeira - USD e LIBOR | (102.680) |
| | | | Posição Ativa | |
| | | | Moeda Estrangeira - USD e LIBOR | 103.296 |
| Swap Cambial (Instrumento de Hedge) | 100.000 | | Posição Passiva | |
| | | | Taxa de Juros CDI | (101.855) |
| | | | Posição Líquida Swap | 1.441 |
| | | | Posição Líquida Dívida + Swap | (101.239) |

| Fair Value Hedge | Valor de referência | Descrição | Valor justo |
|---|---------------------|-------------------------------|-------------|
| | 2017 | | 2017 |
| Dívida (Objeto de Hedge) * | 16.501 | Taxa Pré-Fixada | (16.575) |
| | | Posição Ativa | |
| | | Taxa Pré-Fixada | 16.575 |
| Swap de Juros (Instrumento de Hedge) | 16.501 | Posição Passiva | |
| | | Taxa de Juros CDI | (16.687) |
| | | Posição Líquida Swap | (112) |
| | | Posição Líquida Dívida + Swap | (16.687) |

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2017, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

| Operação | Exposição | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|-----------------|-----------|-----------------------------|--|---|
| Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR | (90.000) | | (75.464) | (95.759) | (116.055) |
| Variação Dívida | - | | 14.536 | (5.759) | (26.055) |
| Swap Cambial | | | | | |
| Posição Ativa | | | | | |
| Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR | 95.718 | | 81.182 | 101.477 | 121.773 |
| Variação - USD e LIBOR | - | | (14.536) | 5.759 | 26.055 |
| Posição Passiva | | | | | |
| Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI | (90.690) | Alta US\$ | (90.690) | (90.690) | (90.690) |
| Variação - Taxa de Juros CDI | - | | - | - | - |
| Subtotal | 5.028 | | (9.508) | 10.788 | 31.083 |
| Total Líquido | (84.972) | | (84.972) | (84.972) | (84.972) |

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2017, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$ 84.972, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$ 84.972 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2017, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

| Operação | Exposição | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|-----------|----------|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Dívida Moeda Local - Taxa de Juros | 16.501 | | 16.501 | 16.501 | 16.501 |
| Variação Dívida | - | | 0 | 0 | 0 |
| Swap de Juros | | | | | |
| Posição Ativa | | | | | |
| Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré | 16.575 | | 16.575 | 16.575 | 16.575 |
| Variação - Taxa de Juros | - | Alta CDI | 0 | 0 | 0 |
| Posição Passiva | | | | | |
| Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI | (16.687) | | (16.687) | (18.523) | (20.360) |
| Variação - CDI + TJLP | 0 | | 0 | (1.836) | (3.672) |
| Subtotal | (112) | | (112) | (1.948) | (3.785) |
| Total Líquido | 16.389 | | 16.389 | 14.553 | 12.716 |

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2017 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 9,94%, Selic = 9,85%, TJLP = 7,12% e TR = 0,60%) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

| Instrumentos | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|---------------------|---------------|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Instrumentos financeiros ativos: | | | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 295.935 | Alta do CDI | 19.976 | 24.970 | 29.963 |
| Instrumentos financeiros passivos: | | | | | |
| Swap | (90.690) | Alta do CDI | (6.122) | (7.653) | (9.183) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures. | (659.874) | Alta do CDI | (44.542) | (55.678) | (66.813) |
| | (78.955) | Alta da TJLP | (5.527) | (6.909) | (8.291) |
| | (16.723) | Alta do IPCA | (493) | (616) | (740) |
| | (55.125) | Alta do SELIC | (3.721) | (4.651) | (5.582) |
| | (291.414) | Alta do TR | (1.748) | (2.185) | (2.622) |
| Subtotal (**) | (1.192.781) | | (62.153) | (77.692) | (93.231) |
| Total (Perdas) | (896.846) | | (42.177) | (52.722) | (63.268) |

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2018 (6,75% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2017, TJLP 7,00% ao ano, Selic 6,75% e TR 0,60% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 5.028.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

31. Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido, vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Os saldos reconhecidos no resultado de 2017, que compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações, foram determinados pelo Método de Crédito.

Unitário Projetado. Já os saldos reconhecidos no balanço foram mensurados com base no valor presente dos desembolsos futuros menos o valor justo dos ativos do plano.

Plano de Benefícios I:

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 10/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de pensão por morte; e
- Complementação de Abono anual.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

Plano de Benefícios II:

Instituído em 1/5/2002, encontra-se em manutenção. A última alteração do regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC 19, de 25/9/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar do MPS, por meio do Ofício Circular nº 1.530/SPC/DETEC/CGAT, de 24/5/2007. Assegura os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal ou antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte de ativo; e
- Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais.

Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido.

O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

Plano de Benefícios Elétricas - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separados, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regulamenta as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeito desta Avaliação e para o cumprimento da CPC 33 R1 (IAS 19) impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresas Patrocinadora.

Plano de Benefícios Elétricas - OP:

Instituído em 1º de janeiro de 1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido. Não existem participantes da Enersul assistidos.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

Situação Financeira dos Planos de Benefícios - Avaliação Atuarial - data base 31/12/2017

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2017, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 R1 (IAS 19) - Benefício a empregados são conforme segue:

a. Número de participantes/beneficiários:

| | Plano I | Plano II | Plano Elétrica R | Total | |
|--------------|------------|--------------|------------------|--------------|--------------|
| | | | | 2017 | 2016 |
| Ativos | - | 1.241 | 20 | 1.261 | 1.286 |
| Assistidos | 297 | 107 | - | 404 | 401 |
| Total | 297 | 1.348 | 20 | 1.665 | 1.687 |

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

| | Avaliação atuarial 2017 | Avaliação atuarial 2016 |
|---|--|-------------------------|
| Taxa de desconto atuarial | 5,14% p/Plano I e II; 5,28% p/Plano R | 6,10% |
| Taxa de rendimento esperada sobre os ativos | 9,35% p/Plano I e II; 9,49% p/Plano R | 11,94% |
| Taxa de crescimento salario (*) | N/A p/ Plano I; 7,95% p/Plano II e 7,38% p/Plano R | 8,67% |
| Taxa de inflação projetada | 4,00% | 5,50% |
| Tábua de mortalidade geral | BR-EMS 2015 | AT 2000 Suav. 10% |
| Tábua de mortalidade de inválidos | MI85 por sexo | MI85 por sexo |
| Tábua de entrada de invalidez | Light média | Light média |

(*) inclui expectativa de inflação futura projetada

Taxas de Desconto

Conforme CPC 33 R1 (IAS 19), a taxa de desconto utilizada na Avaliação está adequada com aquela praticada pelo mercado financeiro e com a política econômica do País e considerando o cenário econômico-financeiro internacional, motivo pelo qual acreditamos que a hipótese adotada é adequada para o momento.

Hipótese de inflação e embasamento técnico utilizado:

Conforme CPC 33 R1 (IAS 19), utilizou-se a expectativa de inflação de longo prazo, tendo em vista, relatório de mercado - Focus informados pelo Banco Central.

c. Síntese da avaliação atuarial - Planos de Benefício Definido

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e passivos dos planos de pensão da Companhia:

| | Plano de benefícios I | Plano de benefícios II | Plano de benefícios R | TOTAL | |
|---|-----------------------|------------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | | | | 2017 | 2016 |
| Valor presente da obrigação em 2016 e 2015 | 89.705 | 46.059 | 636 | 136.400 | 107.535 |
| Custo do serviço corrente | - | 302 | 66 | 368 | 231 |
| Custo dos juros | 10.223 | 5.313 | 76 | 15.612 | 13.803 |
| (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações | 6.415 | 14.743 | (412) | 20.746 | 27.706 |
| Pagamento de benefícios no ano | (8.591) | (4.582) | - | (13.173) | (12.875) |
| Valor presente da obrigação em 2017 e 2016 | <u>97.752</u> | <u>61.835</u> | <u>366</u> | <u>159.953</u> | <u>136.400</u> |

Evolução no valor justo dos ativos do plano

| | Plano de benefícios I | Plano de benefícios II | Plano de benefícios R | TOTAL | |
|--|-----------------------|------------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | | | | 2017 | 2016 |
| Valor justos dos ativos do plano em 2016 e 2015 | 128.162 | 60.048 | 493 | 188.703 | 133.655 |
| (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nos ativos do plano | (6.049) | 14.109 | (435) | 7.625 | 50.274 |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 14.811 | 6.982 | 69 | 21.862 | 17.311 |
| Contribuições dos participantes do plano | - | - | 173 | 173 | 337 |
| Benefícios pagos | (8.591) | (4.582) | - | (13.173) | (12.874) |
| Valor justo dos ativos do plano em 2017 e 2016 | <u>128.333</u> | <u>76.557</u> | <u>300</u> | <u>205.190</u> | <u>188.703</u> |

Balanco patrimonial

| | Plano de benefícios I | Plano de benefícios II | Plano de benefícios R | TOTAL | |
|--|-----------------------|------------------------|-----------------------|-------------|--------------|
| | | | | 2017 | 2016 |
| Valor justos dos ativos | 128.333 | 76.557 | 300 | 205.190 | 188.703 |
| Obrigações atuariais | (97.752) | (61.835) | (366) | (159.953) | (136.400) |
| Posição líquida | 30.581 | 14.722 | (66) | 45.237 | 52.303 |
| Limite do ativo | (30.581) | (14.722) | - | (45.303) | (52.446) |
| Valor justo dos ativos do plano em 2017 e 2016 | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(66)</u> | <u>(66)</u> | <u>(143)</u> |

Valor líquido reconhecido no balanço

| | Plano de benefícios R | |
|---|-----------------------|--------------|
| | 2017 | 2016 |
| Posição líquida em 2016 e 2015 | (143) | (82) |
| Despesa reconhecida na demonstração resultado do ano anterior | (72) | (60) |
| Contribuição da patrocinadora vertidas no ano | 173 | 337 |
| Efeito em ORA | (24) | (338) |
| Posição líquida em 2017 e 2016 | <u>(66)</u> | <u>(143)</u> |
| Circulante | (7) | (72) |
| Não circulante | (59) | (71) |

Demonstração das despesas para o exercício de 2018 e 2017, segundo critérios CPC 33 R1 (IAS 19):

| | Plano de benefícios R | |
|--|-----------------------|-----------|
| | 2018 | 2017 |
| Custo do serviço corrente | 2 | 66 |
| Custo dos juros | 34 | 76 |
| Retorno dos ativos do plano | (29) | (70) |
| Total da despesa bruta a ser reconhecida | <u>7</u> | <u>72</u> |

Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

| Vigência | 2017 | | |
|----------------------------|---------|----------|---------|
| | Plano I | Plano II | Plano R |
| Total dos investimentos | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Títulos Públicos | 90,73% | 56,64% | 71,92% |
| Títulos Privados | 0,71% | 22,96% | 10,86% |
| Empréstimos | 0,62% | 2,00% | 1,05% |
| Fundo de investimento | 5,94% | 16,08% | 16,14% |
| Operações compromissadas | - | - | 0,03% |
| Investimentos Imobiliários | 2,00% | 2,32% | - |

A Companhia reconheceu como despesa referente aos planos de contribuição definida o montante de R\$4.323 (R\$4.205 em 2016)

Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia patrocina plano de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as despesas com o plano de saúde foram de R\$15.980 (R\$13.132 em 2016).

32. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

| Vigência | Contrato de compra de energia (*) | | | | |
|-------------|-----------------------------------|---------|---------|---------|------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Após 2021 |
| 2018 a 2048 | 688.998 | 695.241 | 673.576 | 689.066 | 11.752.322 |

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2017 e foram homologados pela ANEEL.

33. Meio ambiente (*)

O Grupo Energisa adota como prioridade a conservação do Meio Ambiente. Em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, o compromisso permanente é manter a convivência harmoniosa com os recursos naturais, pensando no desenvolvimento do país e no conforto dos clientes através de ações sustentáveis e responsáveis ambientalmente.

Para uma gestão sustentável, a Energisa MS desenvolve, prioritariamente, três Programas Ambientais:

- **Programa de Licenciamento Ambiental**, voltado para gestão de licenciamento de nossos empreendimentos;
- **Programa de Arborização Urbana**, em atendimento aos Convênios firmados com o município de Campo Grande e o Estado do Mato Grosso do Sul;
- **Programa de Educação Ambiental**, em atendimento às condicionantes das licenças operacionais de linhas e subestações.

A Companhia prima pelo bom relacionamento com os órgãos licenciadores. Todos os empreendimentos novos ou em operação, são licenciados de acordo com a legislação local, atendendo a todos os estudos exigidos como RAS, PTA, EIA RIMA e outros.

Para realização de podas sob a rede elétrica, a Companhia firmou o Convênio Assomasul com as cidades do interior e o convênio 025 com a Prefeitura de Campo Grande. Por meio desses convênios, a empresa executa doações de mudas anualmente e fornece orientações técnicas, realizando quatro seminários sobre educação ambiental no interior do estado.

Destaca-se ainda a gradual troca de cabos nus por cabos protegidos / isolados em regiões com muita arborização, mitigando a necessidade e abrangência das podas.

A empresa possui controle dos resíduos perigosos, sendo encaminhados para a disposição final por meio de empresa licenciada e apta a emitir Certificado de Destinação Final.

Os programas visam implementar e aprimorar projetos, ações e procedimentos operacionais com foco no meio ambiente, saúde ocupacional e segurança no trabalho, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos das atividades.

Os projetos, procedimentos e ações são executadas de forma transversal pelas diversas áreas e são divulgadas e reforçadas junto aos colaboradores e comunidade nos eventos promovidos pela Empresa.

No exercício de 2017, os montantes gastos nos projetos acima descritos totalizaram R\$ 13.778 (R\$ 5.475 em 2016).

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

34. Informações adicionais aos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia são:

| | 2017 | 2016 (reapresentado) |
|--|--------|-------------------------|
| Atividades operacionais | | |
| Contas a receber da concessão - Bifurcação de ativos | 73.781 | 134.511 |
| Contas a receber da concessão - Valor justo ativo indenizável | 16.962 | 24.629 |
| Incorporação de rede - transferência para obrigações especiais | 3.610 | - |
| Fornecedores | 51.261 | 29.850 |
| Estoque - transferência para intangível | 2.791 | 2.728 |
| Atividades de investimentos | | |
| Intangível - transferência de estoques | 2.791 | 2.728 |
| Obrigações especiais - transferência de incorporação de rede | 3.610 | - |
| Aquisição de intangível em processo de pagamento | 51.261 | 29.850 |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | - | 21.083 |

35. Evento subsequente

35.1. Bandeiras tarifárias:

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2018, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

35.2. Emissão de Debêntures:

O Conselho de Administração aprovou no dia 22 de janeiro de 2018 a realização de da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, emitidas 15.000 (quinze mil) no valor de até, R\$150.000. Em 07 de março de 2018, foram realizadas a 10ª emissão das debêntures com Série Única em moeda corrente com vencimento em 15/02/2021 e remuneração de CDI mais 1,10% ao ano.

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho

Presidente

Ricardo Perez Botelho

Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha

Conselheiro

Maurício Perez Botelho

Conselheiro

Claudio Rogério Balbuena Leão

Conselheiro

Diretoria Executiva

Marcelo Vinhaes Monteiro

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Paulo Roberto dos Santos

Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho

Diretor sem designação específica

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora sem designação específica

Roberto Carlos Pereira Currais

Diretor sem designação específica

Vicente Cortes de Carvalho

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

CRC-MG 042523/O-7 "S" MS

Mauro de Jesus Costa

Contador

CRC SP-147342/O-0-T-MS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos pelo Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com nossas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica

A receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao consumidor por meio do fornecimento de energia elétrica. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação a parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu

ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes, incluindo os controles gerais do ambiente de tecnologia sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos seus sistemas, e julgamento envolvido.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento de receita, a análise, com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia da informação, da interface e da integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita de fornecimento de energia elétrica, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia.

Nossos exames incluíram ainda a realização de testes por meio de amostragem, com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, para avaliar o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave sobre mudanças e acessos apropriados aos sistemas que suportam as transações de fornecimento de energia elétrica.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionados aos processos de gestão de acessos à aplicações e sistemas associados aos controles internos implementados sobre o processo de receita.

As deficiências no desenho e operação dos controles internos relativos ao processo de gestão de acesso às aplicações e sistemas associados aos controles internos implementados sobre o processo de receita, incluindo as receitas não faturadas, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes ao reconhecimento de receita. Levando isto em consideração, e baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

Conforme divulgado na nota explicativa 20, a Companhia é parte em diversos processos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R\$ 420.136 mil em 31 de dezembro de 2017, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 283.175 mil se referem a ações de natureza tributária.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas em tributos para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perda para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor destas provisões adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefícios pós emprego

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações atuariais líquidas relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela Companhia e apuradas de acordo com laudo atuarial emitido por seus atuários consultores totalizam, R\$ 66 mil.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à magnitude dos montantes reconhecidos no passivo, além do grau de julgamento associado ao processo de mensuração, que inclui premissas complexas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto, inflação e custo médico. Variações nestas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefício pós emprego, descritas na nota explicativa 31 às demonstrações financeiras. Confrontamos estas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos.

Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na realização de procedimentos voltados à identificação de eventuais planos de benefícios pós emprego que não haviam sido previamente identificados, bem como seus respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, além da avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais líquidas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 31, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme nota explicativa 30 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos, que visam, principalmente, a proteção contra a oscilação nos empréstimos e financiamentos pelas taxas de câmbio e juros, além de opções de conversão de instrumentos financeiros em instrumentos patrimoniais da Companhia.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, pois devido à complexidade do processo de mensuração do valor justo, incluindo a determinação da metodologia de avaliação e determinação das premissas chave, existe o risco significativo de que os valores atribuídos a esses instrumentos financeiros derivativos não estejam corretamente mensurados e apresentados nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo aos instrumentos financeiros derivativos incluíram, dentre outros:

a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos; envio de carta de confirmação para as instituições financeiras; seleção de transações individuais para teste, incluindo o confronto das informações utilizadas nos cálculos com os respectivos contratos; utilização de especialistas em avaliação de instrumentos financeiros para nos auxiliar na revisão das premissas utilizadas pela administração na valorização dos

instrumentos financeiros derivativos e reexecução dos cálculos; e revisão das informações sobre os instrumentos financeiros derivativos divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os instrumentos financeiros derivativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos referidos instrumentos financeiros derivativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 30, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa 3.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 23 de março de 2017. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3.3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes, são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2016 tomadas em conjunto.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso

relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

**Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.
("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017**

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 14 de março de 2018.

Marcelo Vinhaes Monteiro
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Paulo Roberto dos Santos
Diretor Técnico e Comercial

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor sem designação específica

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Roberto Carlos Pereira Currais
Diretor sem designação específica

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 14 de março de 2018.

Marcelo Vinhaes Monteiro
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Paulo Roberto dos Santos
Diretor Técnico e Comercial

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor sem designação específica

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Roberto Carlos Pereira Currais
Diretor sem designação específica